

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

CLEIDE OLIVEIRA DA SILVA

A DIMENSÃO ÉTICA DA CATALOGAÇÃO

São Carlos

2024

CLEIDE OLIVEIRA DA SILVA

A DIMENSÃO ÉTICA DA CATALOGAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos

Área de concentração: Conhecimento, Tecnologia e Inovação

Linha de pesquisa: Tecnologia, Informação e Representação

Orientadora: Profa. Dra. Zaira Regina Zafalon

São Carlos

2024

Silva, Cleide Oliveira da
A dimensão ética da catalogação / Cleide Oliveira da
Silva - - 2024.
95 f.

Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) -
Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2024.

Orientadora: Zaira Regina Zafalon
Banca examinadora: Paula Regina Dal'Evedove,
Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli.
Bibliografia.

1. Catalogação. 2. Valores éticos. 3. Princípios
Internacionais de Catalogação. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada por Cleide Oliveira da Silva.
CRB/8- 8157/0



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

Folha de Aprovação

Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Cleide Oliveira da Silva, realizada em 01/11/2024.

Comissão Julgadora:

Profa. Dra. Zaira Regina Zafalon (UFSCar)

Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove (UFSCar)

Profa. Dra. Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli (FESPSP)

O Relatório de Defesa assinado pelos membros da Comissão Julgadora encontra-se arquivado junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação.

Dedico este trabalho à Minha Família.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a conclusão deste trabalho, primeiramente a Deus.

Agradeço ao meu esposo e filhos, cujos sorrisos e abraços me motivaram a continuar nos momentos mais difíceis.

Agradeço aos meus familiares e amigos que foram a minha rede de apoio nos momentos em que mais precisei.

Agradeço à Profa. Dra. Zaira Regina Zafalon por todo apoio, paciência e dedicação durante esse processo.

À Profa. Dra. Paula Regina Dal'Evedove por todos os seus apontamentos para a melhoria deste trabalho.

À Profa. Dra. Isabel Cristina Ayres da Silva Maringelli pela contribuição e ajuda para a melhoria desta pesquisa.

Ao corpo docente e discente do PPGCI UFSCar que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho.

Enfim, agradeço a todos os envolvidos nesse processo de ensino e aprendizagem que me fizeram chegar até aqui.

Gratidão!

Que Deus abençoe todos vocês!

RESUMO

No contexto atual da recuperação da informação, caracterizado pelo avanço tecnológico e pela busca por respostas rápidas em diferentes meios e plataformas de comunicação, a catalogação desempenha um papel central. A descrição bibliográfica permite acessar e recuperar informações sobre os acervos de forma eficiente e com foco nas necessidades dos usuários. Entretanto, esse processo não é isento de implicações éticas, as quais podem impactar a forma como as informações são acessadas e interpretadas. Diante disso, esta pesquisa analisou como os Princípios Internacionais de Catalogação (PIC) refletem esses valores éticos. Por meio de uma abordagem qualitativa, de natureza aplicada, com objetivos exploratórios e uso de pesquisa bibliográfica e documental, além do método de revisão narrativa, foram examinados os valores éticos presentes nos PIC. Os resultados evidenciaram a dimensão ética existente na literatura sobre representação bibliográfica, confirmada e contrastada com os PIC. Concluiu-se que certos valores éticos ainda não são contemplados nos Princípios atuais, sugerindo a necessidade de futuras pesquisas para avaliar a possibilidade de atualização dos PIC, de forma a incluir valores éticos ausentes nas diretrizes vigentes.

Palavras-chave: Catalogação. Ética. Valores éticos. Princípios Internacionais de Catalogação.

ABSTRACT

In the current context of information retrieval, characterized by technological advances and the search for quick answers in different media and communication platforms, cataloging plays a central role. The bibliographic description allows you to access and retrieve information about collections efficiently and with a focus on users' needs. However, this process is not without ethical implications, which can impact the way information is accessed and interpreted. Given this, this research analyzed how the International Cataloging Principles (ICP) reflect these ethical values. Through a qualitative approach, of an applied nature, with exploratory objectives and the use of bibliographic and documentary research, in addition to the narrative review method, the ethical values present in the ICP were examined. The results highlighted the ethical dimension existing in the literature on bibliographic representation, confirmed and contrasted with the ICP. It was concluded that certain ethical values are not yet included in the current Principles, suggesting the need for future research to evaluate the possibility of updating the ICP, in order to include ethical values that are absent in the current guidelines.

Keywords: Cataloging. Ethics. Ethical values. International Cataloging Principles.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro comparativo das versões dos Princípios Internacionais de Catalogação	31
Quadro 2 – IFLA LRM: Entidades e definições	41
Quadro 3 – Relacionamentos entre as entidades IFLA LRM	42
Quadro 4 – Valores éticos expressos na literatura analisada	74
Quadro 5 – Análise comparativa da literatura sobre ética e dos PIC	77

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Esquema de comunicação em catálogos	35
Figura 2 – Estrutura hierárquica entre as entidades IFLA LRM	41
Figura 3 – Presença da ética na catalogação	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACR	<i>Anglo-American Cataloguing Code</i>
ALA	<i>American Library Association</i>
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
Brapci	Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação
CCC	<i>Classified Catalogue Code</i>
FRAD	<i>Functional Requirements for Authority Data</i>
FRASD	<i>Functional Requirements for Subject Authority Data</i>
FRBR	<i>Functional Requirements for Bibliographic Records</i>
IFLA	Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias
IFLA LRM	<i>IFLA Library Reference Model</i>
ISBN	<i>International Standard Book Number</i>
NDLTD	<i>Networked Digital Library of Theses and Dissertations</i>
OPACs	<i>Online Public Access Catalogues</i>
PIC	Princípios Internacionais de Catalogação
RDA	<i>Resource Description and Access</i>
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UFSCar	Universidade Federal de São Carlos
WoS	<i>Web of Science</i>

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 Problematização e questão da pesquisa	14
1.2 Objetivos	15
1.3 Procedimentos metodológicos	15
2 REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 Catalogação	24
2.1.1 <i>Conceitos de catalogação</i>	24
2.1.2 <i>Princípios de catalogação</i>	28
2.1.3 <i>Processos e produtos da catalogação</i>	32
2.1.4 <i>Modelos conceituais</i>	38
2.2 Ética nos códigos profissionais e nos estudos da catalogação	43
3 VALORES ÉTICOS NA LITERATURA DA ÁREA E NOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO	51
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	86

1 INTRODUÇÃO

No atual cenário da recuperação da informação, marcado pelo avanço de novas tecnologias que buscam maior agilidade de resposta em diversos meios e plataformas de comunicação, destaca-se o protagonismo da Organização e Representação do Conhecimento, especialmente da catalogação.

A catalogação é uma disciplina do campo da Ciência da Informação, que tem por objetivo a representação bibliográfica dos itens constantes em um acervo. De acordo com os ensinamentos da literatura da área, a catalogação é definida - como a organização de mensagens codificadas a partir dos itens constantes em um acervo, visando o acesso à informação e preservação dos registros bibliográficos, compreendendo os processos descritivos e temáticos do documento (Mey, 1995; Baptista, 2006; Machado; Zafalon, 2020).

Por meio da organização e gerenciamento de informações, é possível acessar, recuperar e disseminar informações de maneira eficaz com foco nas necessidades e interesse do usuário. No entanto, esse processo não é desprovido de implicações éticas. As escolhas realizadas pelo profissional da informação durante o processo de catalogação podem moldar ou até influenciar a maneira como os usuários acessam e interpretam informações. De fato, a catalogação não é apenas um processo técnico, mas também um ato com responsabilidade ética, moral e social.

Nesse contexto, ao analisar o Código de Ética da International Federation of Library Associations and Institutions (IFLA) para bibliotecários e profissionais da informação, constata-se a relevância da catalogação como prática essencial para o gerenciamento e a disseminação eficaz de informações em bibliotecas, museus, arquivos e centros de documentação.

De acordo com Abbagnano (2017), em seu Dicionário de Filosofia, a Ética pode ser definida como ciência da conduta, que se divide em duas vertentes de pensamento: os que a consideram como orientação de conduta para os homens e quais são os meios para que se atinja esse fim e segunda, que a determina como ciência do móvel com vistas a dirigir e disciplinar a conduta humana. Essas duas visões, desde a Antiguidade, se mesclam, embora sejam completamente distintas. A primeira diz respeito à natureza do homem, sua natureza e substância e a segunda, busca compreender os motivos e causas que levam à conduta dos indivíduos.

Ainda segundo Abbagnano (2017), a doutrina ética tem seu início na obra “República” de Platão, na qual o filósofo reflete sobre as virtudes do homem, enquanto funções da alma e natureza do homem. Já na concepção de Aristóteles, a busca pela felicidade é o que determina e movimenta a conduta humana, a partir de sua natureza racional, e as virtudes enquanto condição de sua felicidade. Na visão dos Estoicos, a máxima “viver segundo a razão” é que conduz as normas de conduta humana. Por mais que essas visões sejam diferentes, elas: “a) determinam a natureza necessária do homem, b) deduzem de tal natureza o fim para o qual sua conduta deve orientar-se” (Abbagnano, 2017, p. 381).

Sócrates, de quem Platão era discípulo e é mencionado por este em sua obra Diálogos, foi considerado o “fundador da moral” - moral aqui compreendida enquanto sinônimo de ética ou a interiorização das normas expressas por ela. O fato é que Sócrates, embora obedecesse às leis, às questionava, incentivando que houvesse a reflexão interior dos indivíduos, consultando seu “demônio” se elas de fato estavam corretas. Dessa forma, o filósofo é conhecido por ser o grande pensador da subjetividade e esse hábito de reflexão socrático levava o indivíduo a questionar se aquilo devia ou não ser feito, a partir de seus valores (Valls, 1994).

Já para Kant, ao final do século XVIII, a busca era para uma Ética que possísse validade universal, a partir da filosofia transcendental voltada para o homem e suas condições de conhecimento verdadeiro e agir livremente. Em seu pensamento há o conceito de “dever”, a partir de uma obrigação moral que não é natural ou matemática (Valls, 1994).

Desse modo, a Ética relaciona-se com a catalogação por meio de uma série de aspectos, sejam de justiça, de dever, de igualdade no acesso à informação, de privacidade, de respeito às diferenças e de desigualdade social e intelectual. Esses aspectos da ética podem tornar o processo de catalogação cada vez mais eficaz tanto no que se refere à representação da informação, quanto à recuperação da informação pelo usuário, produzindo resultados baseados em técnicas eticamente responsáveis.

Alguns estudos já trabalham com a ética aplicada à catalogação, como por exemplo Bair (2005), que propõe a construção de um código de ética para o profissional catalogador ou, ainda, Hoffman (2009), que aborda a catalogação centrada no usuário. Todavia ainda não há parâmetros para medir como esses estudos refletem o que está proposto nos Princípios Internacionais de Catalogação

(PIC) ou nos Códigos de Ética da área da Biblioteconomia e Ciência da Informação

Nesse sentido, a presente pesquisa estudou o processo de catalogação, a fim de investigar como a ética está inserida nos PIC. Ademais, foram apresentados os conceitos de ética e como eles estão presentes no dia a dia do catalogador, uma vez que os conceitos de moralidade e comportamento ético estão introduzidos em todas as áreas profissionais.

Para que os objetivos da pesquisa fossem contemplados, a organização dos capítulos foi realizada da seguinte maneira: Seção 1: apresenta a introdução, o problema, os objetivos da pesquisa e os procedimentos metodológicos adotados; Seção 2: descreve os principais conceitos que norteiam a catalogação, seus princípios internacionais, produtos e modelos conceituais a partir das importantes contribuições dos teóricos da área; Seção 3: retrata os valores éticos presentes nos PIC, a partir da revisão narrativa de artigos da área de Organização e Representação do Conhecimento; Seção 4: são apresentadas as considerações finais, demonstrando o resultado da pesquisa e resgatando os aspectos relevantes que foram discutidos.

Em suma, esta pesquisa, foi desenvolvida no âmbito da Linha de pesquisa “Tecnologia, Informação e Representação” do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), busca analisar a importância da ética na catalogação, com ênfase particular nos PIC.

1.1 Problemática e questão da pesquisa

Conforme apresentado, a prática da catalogação envolve diversas implicações éticas, vinculadas ao acesso igualitário à informação, à privacidade e às desigualdades sociais e intelectuais. Os profissionais devem estar atentos a essas questões, sendo respaldados pelos códigos de ética da área, para que possam cumprir com o principal objetivo da catalogação, que é servir ao usuário. No entanto, ainda não está claro como os PIC abordam os valores éticos discutidos nos códigos e na literatura especializada da área.

É fundamental considerar os estudos críticos e de decolonialidade em organização e representação da informação, questionam as práticas tradicionais e analisam como a influência de visões eurocêntricas pode resultar tanto na marginalização quanto na invisibilidade de culturas e conhecimentos de povos colonizados. Realizar uma catalogação responsiva e decolonial tem por objetivo

promover a inclusão e equidade de todos os usuários da unidade de informação (Araújo *et al.*, 2021).

Diante disso, a questão de pesquisa que orienta esta investigação é: "Como os PIC espelham os valores éticos da profissão"?

1.2 Objetivos

O objetivo geral foi discutir os valores éticos presentes nos PIC.

Os objetivos específicos são: (i) apresentar aspectos conceituais do processo de catalogação; (ii) descrever os PIC; (iii) discorrer sobre os códigos de ética profissional, (iv) demonstrar pesquisas que relacionam a ética aos estudos de catalogação e (v) identificar quais valores éticos poderiam ser inseridos nos PIC.

1.3 Procedimentos metodológicos

Conforme destacado por Minayo *et al.* (2007), a metodologia científica é um processo que engloba não apenas a escolha de métodos, mas também a reflexão epistemológica, a aplicação adequada de técnicas e a abordagem pessoal e específica na busca por respostas às questões específicas de pesquisa.

Nesse contexto, a metodologia desempenha um importante papel na condução desta pesquisa sobre a ética na catalogação, garantindo tanto a sua fundamentação teórica quanto a validade e relevância. Ao serem adotados métodos e procedimentos científicos, buscou-se promover uma análise objetiva e embasada em evidências, afastando-se das visões subjetivas e acríticas do senso comum, a fim de contribuir de maneira sólida e fundamentada para a compreensão dos aspectos éticos na catalogação.

Desta forma, a metodologia aplicada neste estudo possui uma abordagem qualitativa e de natureza aplicada, cujos objetivos exploratórios e a utilização de procedimentos bibliográficos desempenham um importante papel. Essa abordagem permitirá uma análise aprofundada dos princípios éticos que orientam a catalogação, garantindo a relevância e validade dos resultados obtidos. A combinação desses elementos metodológicos proporciona uma base sólida para a compreensão dos desafios éticos enfrentados pelos profissionais de ciência da comunicação, contribuindo para a promoção de práticas éticas no campo da catalogação.

A definição da abordagem qualitativa utilizada na presente pesquisa é a definida por Flick (2004, p. 20), que possui como principais aspectos "[...]

apropriabilidade de métodos e teorias, perspectivas dos participantes e sua diversidade, reflexividade do pesquisador e da pesquisa e variedade de abordagens e métodos”.

É de natureza aplicada porque, conforme Marconi e Lakatos (2017), esse tipo de pesquisa investiga problemas tendo em mente sua aplicabilidade e solução de problemas práticos e específicos, visando a evolução do conhecimento científico. Esse tipo de pesquisa possui como principais características o foco prático, com resultados que podem ser utilizados na prática profissional; a utilização de conhecimento pré-existente, como revisões bibliográficas da temática; e impacto imediato na área de pesquisa.

Também possui caráter exploratório, conforme descrito por Fontelles *et al.* (2009, p. 6):

[...] este tipo de pesquisa visa a uma primeira aproximação do pesquisador com o tema, para torná-lo mais familiarizado com os fatos e fenômenos relacionados ao problema a ser estudado. No estudo, o investigador irá buscar subsídios, não apenas para determinar a relação existente, mas, sobretudo, para conhecer o tipo de relação.

Define-se ainda como método o uso de pesquisa bibliográfica, uma vez que teve por base para construção teórica o uso de fontes secundárias relacionadas com o tema de estudo, do tipo artigos científicos, livros, pesquisas, monografias, teses e dissertações, em formatos físicos e eletrônicos. Cumpre destacar que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017), essa não é a mera repetição de algo que já foi escrito sobre o assunto, mas o uso dessas fontes como base para identificar novos enfoques e abordagens de maneira inovadora.

Como método para o desenvolvimento do referencial teórico da pesquisa adotou-se a revisão narrativa:

[...] os trabalhos de revisão narrativa são publicações amplas, apropriadas para descrever e discutir o desenvolvimento ou o “estado da arte” de um determinado assunto, sob ponto de vista teórico ou contextual. As revisões narrativas não informam as fontes de informação utilizadas, a metodologia para busca das referências, nem os critérios utilizados na avaliação e seleção dos trabalhos. Constituem, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revista impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor (Rother, 2017, p. 5).

Sendo assim, após a seleção dos estudos, conforme relevância temática, esses documentos foram analisados, identificando as principais tendências e debates relacionados ao tema central desta pesquisa. Para tanto, foram

selecionados artigos de publicações periódicas e de eventos, dissertações e teses, nos idiomas português e inglês. Dessa forma, esperou-se dar visibilidade aos principais debates sobre o tema, bem como identificar possíveis lacunas de estudo.

Para a efetiva aplicação desse tipo de revisão definiu-se como tópico de pesquisa a presença dos valores éticos nos PIC, tendo como objetivo analisar esses princípios à luz de trabalhos que trabalham com a temática ética na catalogação em conjunto com os códigos de ética da área. Para tanto, foi realizada uma busca de artigos nessa temática nas bases de dados: Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci), Web of Science (Wos), Scielo.Org, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e Networked Digital Library of Theses and Dissertations (NDLTD).

Os autores selecionados para dar subsídio às discussões sobre a presença dos valores éticos nos PIC são: Aranalde (2005), Arboit (2018), Arboit e Guimarães (2015), Cabrera (2012), Chan *et al.* (2022), Cirne e Ferreira (2002), Evangelista *et al.* (2020), Farias e Freire (2022), Ferreira (2004), Fonseca e Garcia (2009), Fox e Reece (2012), Freire e Silva (2013), Freire, Silva e Nascimento (2015), Gomes *et al.* (2020), Guedes, Baptista e Borges (2011), Guimarães e Pinho (2007), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Hott e Oliveira (2021), Iakovakis (2011), Mai (2013), Martin (2021), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Martins (1996), Medeiros (2015), Milani e Guimarães (2011), Mischiati e Valentim (2005), Mont (1991), Morán (2017), Moreno (2014), Oliveira (2023), Pena (2022), Pinho e Milani (2020), Rego *et al.* (2014), Ridi (2013), Rovetto (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022), Santos *et al.* (2020), Saracevic (2010), Sardo (2019), Shachaf (2005), Shoemaker (2015), Silva (2010), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Smiraglia (2015), Souza e Stumpf (2009), Stumpf (2010), Vigário (1996) e Yon e Willey (2021).

No que diz respeito à contribuição social, este estudo buscou estimular discussões acerca das questões éticas na catalogação, bem como aprimorar a conscientização da sociedade em relação a essa temática, aprofundando-se nos conceitos e princípios éticos aplicados à catalogação que devem respeitar as necessidades da comunidade e dos usuários.

Em termos de contribuição acadêmica, este projeto teve como objetivo fornecer à comunidade acadêmica referências para futuras pesquisas sobre o tema, apresentando resultados decorrentes desta investigação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

De modo a dar respaldo teórico para análise e resposta à problemática de pesquisa, o referencial teórico aborda a catalogação enquanto atividade responsável pela descrição bibliográfica dos recursos informacionais do acervo da biblioteca, incluindo seus aspectos físicos e temáticos, por meio de padrões e códigos desenvolvidos e, pela complexidade dessa atividade, os aspectos éticos que estão relacionados ao tema. Deste modo, pretende-se discutir os aspectos éticos na catalogação, tendo como base seus PIC.

No Mundo Antigo, têm-se alguns registros do que pode ser compreendido como os primórdios da catalogação: os tabletas de argila sumérios, os registros de trabalhos literários, datando de 2000 a. C.; a coleção Armena, um conjunto de tabletas de Argila endereçada à realeza do Egito com menções a livros e seus proprietários; o primeiro registro do uso de colofão, em 1300 a. C., contendo o título, escriba e número do item em uma coleção e a grande obra de Calímaco, o Pinakes, em que era registrado o número de linhas de um trabalho e as primeiras linhas de seu conteúdo (Strout, 1956).

Segundo Sordet (2019), o Pinakes de Calímaco se constituía por 120 rolos que diziam respeito à mais antiga iniciativa de um catálogo exaustivo, utilizado para representar o acervo da Biblioteca de Alexandria, a maior e mais representativa biblioteca do mundo grego. Ao mesmo tempo que atuava como um inventário da coleção presente na instituição, também funcionava enquanto um catálogo, permitindo o acesso a esses documentos a partir do registro de sua localização. Este documento também se classificava como um repertório, para tratar sobre e em que medida a ciência vem sendo transmitida como um modelo, para que possa ser reproduzido. De acordo com Sordet (2019, p. 21):

O catálogo foi, verossimilmente, considerado uma obra, um instrumento de difusão de um saber textual e do modelo bibliotecário que o havia gerado. Possivelmente pela primeira vez, uma biblioteca manifestava, por meio de seu catálogo, uma dinâmica dupla de conservação e de disseminação, uma vez que as listas anteriores de livros, procedentes de coleções reais ou particulares e transmitidas desde o II milênio pelas tabuinhas cuneiformes, parecem não ter tido outra função senão a de inventário de bens.

Ainda de acordo com o autor, muitas são as palavras que representam o que hoje compreendemos como primórdios dos produtos da catalogação, como catálogo,

registro, inventário, tabuinhas, memória, repertório, rol, índice, elenco, lista, dentre outras. Alguns desses documentos foram conservados em quase a totalidade de sua forma original, ou ainda, enquanto cópias ou citações que faziam referências a esses produtos. Embora todos esses termos façam referência a diferentes tipos de documentos, devem ser considerados como complementares e comum a um objetivo maior: conservar e dar acesso ao objeto catalográfico e todo e qualquer conjunto de metadados.

Já na Era Medieval, no século VIII, foi encontrada a primeira evidência do que pode ser uma lista de cabeçalho de assunto, na folha final de um livro, contendo os títulos e os autores associados a eles. No século IX, Biblioteca de Reichenau, na Alemanha, compila uma lista contendo valores dos livros e volumes dos itens em uma série e na Biblioteca da Casa Beneditina de St. Requier, na França, usava a entrada de autores a respeito do conteúdo dos volumes de uma obra, mas não ainda de maneira organizada (Strout, 1956).

No Século XII, uma pessoa desconhecida é responsável por um projeto considerado um marco na história de catálogos: a compilação das listas de cabeçalho das bibliotecas dos mosteiros ingleses, em que cada uma dessas instituições era representada por um código. Essa compilação foi denominada *Registrum* e não há evidências de sua finalização. O catálogo de John Boston de 1410 aparenta ser a continuação e revisão do *Registrum*, uma vez que os códigos de representação utilizados na versão mais recente são idênticos aos da versão mais antiga (Strout, 1956).

No Século XV aparecem as primeiras referências cruzadas, para uso em entradas analíticas, como no catálogo elaborado por Amplonius Ratnick de Berka. No próximo século aparece a ferramenta utilizada no mosteiro inglês de Syon, que continha um índice em ordem alfabética dos autores. É também neste século que Gessner publica sua bibliografia de autores e seu índice de assunto e que Trefler desenvolve seus sistemas de classificações baseados em números de chamada, além de um catálogo mais desenvolvido, contendo cinco partes (Strout, 1956).

Nesse período ocorreram algumas revoluções, conforme mencionado por Sordet (2019) e a partir da evolução da filologia e surgimento do impresso, que facilitou a reprodução dos diferentes tipos de catálogo. Essas tipologias são fundamentadas a partir de três premissas básicas: a partir das suas circunstâncias, suas funções originais e a materialidade do documento, ou seja, o que determina a

elaboração do catálogo, quais são os fins a que deve servir e qual formato ele é concebido. Por conta desses diferentes tipos de produto, foi necessário que fosse atribuído a esses documentos um termo de referência que representasse a qual tipo ele se prestava: “inventário” para aqueles de natureza topográfica; “catálogo” para descrição estruturada de um acervo e “repertório” para identificar de maneira exaustiva a bibliografia de um domínio.

A partir do final do século XVI e início do século XVII, os primeiros catálogos são encontrados de maneira mais organizada, com regras para entradas de documentos, como o *Catalogue of English Printed Books* e o código elaborado para uso na nova Biblioteca da Universidade de Oxford. Há ainda a obra de Gabriel Naudé, que reforçava a necessidade de um catálogo com duas partes, uma seção para os assuntos e outra, para os autores, além de um arranjo de estantes que previsse a expansão (Strout, 1956).

A respeito da materialidade dos produtos denominados catálogos, Sordet (2019) destaca três principais orientações: a normalização, a partir da repetição da informação que o documento consigna; a predisposição para uma manipulação específica; e, por fim, a localização a partir da lógica topográfica da coleção e da lógica heurística da organização. Todas as soluções a que se prestaram os diferentes tipos de suporte, eram sempre visando a eficácia dessas orientações. Segundo o autor, o catálogo possui uma dupla materialidade - de um lado, seu suporte e, do outro, a disposição de suas informações catalográficas. O surgimento da tipografia trouxe importantes mudanças no desenvolvimento dessas ferramentas, não apenas pela produção em escala, como também pela categorização das obras e início das noções de gênero. É nesse contexto que o catálogo passa a ser um documento em si, autônomo.

Em relação à ordem e hierarquia, Sordet (2019) afirma que a produção do catálogo sempre está relacionada a manter a ordem do acervo, seja qual for seu propósito - mais modesto, apenas a organização física de uma coleção, como mais elaborada, na criação de um sistema intelectual de ordem prática. Diferentes ordens foram propostas ao longo da história dos catálogos: as primeiras classificações textuais no mundo mediterrâneo, determinadas posteriores aos livros; as classificações com fins pedagógicos ou espirituais, que surgem antes das coleções na Idade Média; a ordem alfabética, construção de ferramentas de busca e generalização dos índices nos séculos XI e XII; as classificações com base nas

ideias filosóficas e divididas por disciplinas a partir do século XIX, dentre outros sistemas.

No século XIX, aparece um grande nome para catalogação: Anthony Panizzi, advogado, refugiado político da Itália, atuava como assistente de biblioteca no *British Museum*. Em 1836, a Câmara dos Comuns solicita informações administrativas a respeito do museu, inclusive sobre a catalogação e os catálogos. É nesse contexto que o nome de Panizzi surge, sendo-lhe atribuída a função de Guardião do Departamento de Livros Impressos (Strout, 1956).

As 91 regras de Panizzi formam um conjunto de instâncias que podem ser consideradas o primeiro código de catalogação moderno. As regras mencionam elementos como: (i) se um autor usa seu primeiro nome em um livro, essa é a entrada mesmo que seu nome completo seja conhecido; (ii) quando o nome de um autor desconhecido é descoberto, a entrada continua sendo para anônimo e o nome do autor é inserido após o título; (iii) as entradas são feitas para o pseudônimo, e não para o nome real do autor mesmo quando este é conhecido; (iv) autores com títulos de nobreza tem suas obras descritas pelo seu sobrenome; dentre outras (Strout, 1956).

Segundo Machado e Zafalon (2020), Panizzi considera o livro como uma junção de entidades que não podem ser visualizadas de maneira isolada. Fazendo menção às referências cruzadas já comumente utilizadas à época e que deveriam ser utilizadas quando necessário, a representação de um livro deve ser feita de maneira integrada às outras expressões e manifestações da obra, semelhante aos conceitos tão atuais do *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR) e do *IFLA Library Reference Model* (IFLA LRM), que abordaremos posteriormente.

A partir da influência de Panizzi na Inglaterra, surge outro importante nome na catalogação do século XIX nos Estados Unidos, Charles C. Jewett, responsável pelo código de catalogação do Smithsonian Institute. No código elaborado por Jewett expandiu o conceito de entidade, incluindo os nomes diretamente sob a entidade sem interferência dos cabeçalhos, como por exemplo o uso de "U.S." como autor de documentos públicos de departamentos governamentais (Strout, 1956).

Algumas outras concepções do catálogo de Jewett são destacadas por Machado e Zafalon (2020), como por exemplo, o uso da página de rosto como fonte primária de informação e o título transcrito exatamente como constasse na obra, regras essas que até hoje são amplamente utilizadas. Ainda de acordo com os

autores, Jewett primava por uma catalogação rigorosa, abordando todos os elementos e sem o julgamento pessoal do catalogador. Para Jewett, a uniformidade só poderia ser alcançada a partir do cumprimento dessas regras de modo imperativo, aderindo a todas elas, evitando erro e confusão. O bibliotecário concebia o catálogo como um instrumento de difusão do conhecimento, promotor do conhecimento, dando voz ao que já foi estudado e destacando quais são as lacunas que precisam ser abordadas (Machado; Zafalon, 2020).

Outro proeminente autor do século XIX foi Charles Ammi Cutter e sua obra *Rules for a Dictionary Catalogue*, que veio para padronizar regras que Panizzi e Jewett discordavam. Ele estabeleceu que os autores que utilizam pseudônimos devem ser representados pelo seu nome real e elogiou a regra do código de Panizzi a respeito da representação de nomes de nobreza. Ele também não utilizou a entrada por forma, assim como Jewett, mas transferiu esse tipo de cabeçalho para a área de assuntos. Outro ponto que Cutter concordava com Jewett é a entrada de obras anônimas pela primeira letra do título, com exceção das biografias, que deveriam ter sua entrada pelo assunto, o que deve ser considerado um avanço do uso das entradas de assunto - utilizadas como principais quando houvesse o senso comum (Strout, 1956).

Cutter reforçava que o catálogo não deve ser visto apenas para apontar onde está um item individual, mas principalmente para reunir e organizar unidades literárias. Embora esse princípio não fosse totalmente inovador à época, mas foi Cutter o responsável por formalizá-lo, afirmando que a entrada por autor não é simplesmente para facilitar a localização de um livro daquele autor em específico, mas também para informar tudo o que a biblioteca possui de produção do referido autor. O catálogo é visto como uma ferramenta de divulgação do conhecimento de maneira democrática (Strout, 1956; Machado; Zafalon, 2020).

Machado e Zafalon (2020) destacam ainda outros dois nomes para a história da catalogação: Shiyali Ramamrita Ranganathan e Seymour Lubetzky.

Ranganathan foi um matemático e bibliotecário indiano responsável, dentre outras coisas, pelas cinco leis da Biblioteconomia. O bibliotecário defendia a construção de um catálogo central, centrado no usuário, concebendo assim a premissa de um código de catalogação internacional, elaborando assim o *Classified Catalogue Code (CCC)* (Machado; Zafalon, 2020, p. 29).

De acordo com Machado e Zafalon (2020, p. 30-31), a construção do CCC

segue os princípios dos cânones, que seriam como princípios normativos. Seriam eles:

- consistência: garante que ocorrências análogas sejam tratadas da mesma forma, ou seja, as decisões devem sempre ser as mesmas em situações similares;
- relevância: os dados definidos para a entrada principal devem ter a relevância necessária para tanto;
- determinabilidade: todas as informações devem ter como fonte de informação a folha de rosto, com exceção dos assuntos, que podem ser buscados para além dela;
- permanência: a entrada principal deve dizer respeito a algo definido e permanente;
- uso corrente: recomenda que, no caso de título, deve-se registrar o atual, em relação ao autor, a forma como está na folha de rosto e assunto, registra-se sua forma mais popular;
- individualização: os nomes de entidades definidos como entrada principal, devem dizer respeito a apenas esta entidade;
- contexto: o código de catalogação deve representar o contexto dos recursos informacionais e da biblioteca em que estão inseridos;
- ponto de acesso: devem ser utilizados para que se evite a duplicação e auxilie o usuário na recuperação informacional;
- preponderância: a posição de uma entrada determina e define a potencialidade de recuperação do documento.

Já o consultor de catalogação Seymour Lubetzky, a partir de uma solicitação da Library of Congress para analisar o rascunho do código de catalogação elaborado pela ALA, redigiu o *Cataloging Rules and Principles*, o trabalho com maior influência no *Anglo-American Cataloguing Code (AACR)*. O autor determinou dois objetivos para a construção de um código de catalogação: permitir que o usuário do catálogo identifique se a biblioteca possui ou não o livro buscado ou ainda, evidenciar quais obras de determinado autor ou traduções e edições de determinada obra a unidade informacional possui (Machado; Zafalon, 2020).

Lubetzky defendia que a catalogação deve ser realizada tendo em mente principalmente o nome dos autores e títulos dos livros, considerados por ele como os elementos mais importantes para identificar uma obra, ou seja, as obras devem ser registradas pelo nome do autor quando este é conhecido e, quando não, devem ter como entrada principal o título. Outros elementos que são considerados na obra de Lubetzky são aqueles que são variantes: obras com mais de um autor; autores com mais de um nome; obras com mais de um título; obras baseadas em outras obras; como também, obras de autores corporativos (Machado; Zafalon, 2020).

Tendo em vista os aspectos históricos apresentados, na próxima subseção este estudo irá abordar qual é o conceito compreendido na atualidade sobre o que é catalogação.

2.1 Catalogação

Esta seção descreveu os conceitos e princípios de catalogação, apresentando seus principais referentes teóricos além de sua construção histórica; também foi abordado os seus processos e seu principal produto, o catálogo, além dos modelos conceituais utilizados para padronizar a representação bibliográfica.

2.1.1 Conceitos de catalogação

A catalogação é definida por Mey (1995, p. 05) como a representação de um item, ou, de maneira mais específica, “o estudo, preparação e organização de mensagens codificadas, com base em itens existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos”. Para a autora, a catalogação vai além da construção de catálogos, uma vez que não apenas caracteriza os itens, mas os individualiza perante os outros e reúne os que são semelhantes.

Segundo Baptista (2006, p. 1), a catalogação impulsiona o desenvolvimento das bibliotecas, dado que ela é responsável para além de elaborar, preservar os registros bibliográficos, registros esses que demandam por organização para que sejam encontrados. Para a autora, é importante ter em mente que essa é uma atividade especializada, que deve ser realizada por profissionais bibliotecários no âmbito de bibliotecas, já que é uma atividade típica desses espaços.

Outra definição para esse processo é dada por Machado e Zafalon (2020, p. 17), que afirmam que a catalogação compreende os processos descritivos, como também os processos temáticos a partir da catalogação de assunto. Para os autores, esses processos irão gerar pontos de acesso que serão posteriormente utilizados na busca pelo usuário, permitindo o acesso informacional local ou remoto.

Segundo Reis *et al.* (2018, p. 43), a catalogação descritiva e a catalogação de assunto são processos diferentes, mas complementares e que, ademais, são muitas vezes realizados de maneira simultânea pelos profissionais bibliotecários no momento do processamento técnico do material.

Essa compreensão conjugada entre a catalogação descritiva e a catalogação de assuntos também é compartilhada por Lourenço, Zafalon e Lopes (2020, p. 86), que consideram a catalogação enquanto um processo que, após realizado, tem como resultado a apresentação de produtos que estabelecerão um processo comunicativo entre pessoas, máquinas e a unidade de informação. Esse conceito

abrange aspectos descritivos, temáticos, contextuais e de acesso à informação, garantindo que essa conexão entre os elementos supracitados ocorra de fato.

De acordo com os autores, a catalogação é responsável por associar elementos de metadados e seus padrões, considerando a potencialidade da interoperabilidade entre esses elementos, para que gerem representações da informação, integrando unidades de informação, construindo produtos bibliográficos e colaborando para os sistemas biblioteconômicos e redes de organização do conhecimento (Lourenço; Zafalon; Lopes, 2020, p. 86).

Ainda segundo Lourenço, Zafalon e Lopes (2020, p. 98), a catalogação envolve uma análise cuidadosa dos recursos informacionais, visando uma avaliação do ponto de vista do usuário, mesmo quando não há um contato direto que facilite a compreensão de suas necessidades. Isso requer o conhecimento e o uso adequado de ferramentas que possibilitem a representação precisa dos dados envolvidos, sempre tendo em média o objetivo final que é o acesso por meio dos processos de busca e recuperação por metadados.

De acordo com Baptista (2008, p. 02), a catalogação ganha destaque no contexto da ampla variedade de recursos e diferentes suportes informacionais. A compreensão de que esse processo se limita apenas à descrição bibliográfica do documento é superada pelo entendimento de que essa atividade abrange toda a representação descritiva, desde seus aspectos formais até o seu viés temático. Essa visão permite que cada objeto seja representado de maneira única e recuperado a partir de um conjunto de registros e suportes, possibilitando o acesso informacional ao item e ainda, relacionar a outros objetos semelhantes. Assim, a catalogação se torna uma forma de organizar a informação e gerenciar conhecimentos, refletindo uma tendência em forte consolidação.

O contexto digital também é evidenciado por Baptista (2008, p. 03), que afirma que a partir do novo cenário com documentos nativos digitais, a atribuição de metadados se torna ainda mais essencial e sua perspectiva a partir da interoperabilidade entre sistemas é uma necessidade. Mas de modo geral, a autora afirma que a catalogação deve ser compreendida como conjunto de práticas descritivas, incluindo classificação e indexação, e gerenciamento das bases de dados que resultam desse processo. Essa atividade é realizada por meio de fases e deve ser visualizada como prática típica do fazer bibliotecário.

Santos e Correa (2009, p. 65) destaca que ao longo da história, como será visto adiante, a catalogação passou por vários estágios em relação à sua evidência para a Biblioteconomia; no entanto, o trabalho nesses processos sempre foi metódico e minucioso. Uma vez que apenas a acumulação de acervo não provê o acesso à informação, a organização e tratamento desses itens é necessária e, quanto maior o volume desse acervo, maior a dificuldade em realizar o controle bibliográfico, construindo representações de modo a deixar esses itens disponíveis e mais que isso, acessíveis.

Já para Santos e Ortega (2013, p. 94), o processo denominado catalogação diz respeito à descrição de documentos em bases de dados, e possui como objetivo registrar em um formato bibliográfico os elementos que destacam as características únicas de um documento, seja em parte, em sua totalidade ou em seu conjunto. No entanto, os autores destacam que houve pouco consenso a respeito de suas regras ao longo da história, evidenciando que a prática da catalogação deve ser repensada. Essas diferenças históricas podem ser mais bem visualizadas na seção 3.1.1, sobre o histórico da catalogação, desde a Idade Média até os tempos mais recentes.

Zafalon (2014) considera a catalogação, também identificada como representação bibliográfica, como uma ação que possui dois objetivos primordiais: informar aos usuários quais são os itens disponíveis, a partir da identificação por meio das características descritas, como também suas diferentes manifestações ou quantidade de itens e, além disso, reunir todos os documentos semelhantes, considerando seu conteúdo e expressões. Essa representação promove, portanto, um processo comunicativo entre a unidade informacional e o usuário.

A ideia da catalogação como representação bibliográfica, que abrange a representação descritiva e temática - considerando que o registro bibliográfico é um único elemento - também é compartilhada por Mey e Silveira (2010, p. 125). De maneira mais específica, a catalogação é definida pelas autoras como “[...] o estudo, a preparação e a organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos”.

Assim como Zafalon (2014), as autoras também ressaltam a característica comunicativa deste processo, atuando como interseção entre as informações relativas aos registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários. E,

portanto, é necessário que se conheça profundamente o usuário, a comunidade e sociedade em que ele está inserido, para de fato iniciar o processo comunicacional.

A relação entre os aspectos semânticos e sintáticos no momento da representação bibliográfica é evidenciada por Zafalon (2014, destaques do autor), que afirma que

- [...] a) em registros bibliográficos, a sintaxe é identificada [...] em padrões de estrutura de metadados descritivos [...]. Estudam-se a forma, o arranjo e a disposição de cada elemento descrito na representação do recurso informacional, e, com base em Saussure (2010), compreende-se que a sintaxe estabelece as relações formais e síncronas entre *significado*, *significante*, *obra* e *manifestação*;
- b) em registros bibliográficos a semântica, estabelecida a partir da teoria dos níveis do estudo estruturalista dos registros bibliográficos, com base em Hjelmslev (1991), ocorre em três momentos:
- *subsemântico*: estudo da teoria das unidades semânticas ou dos elementos semanticamente relacionados presentes em um registro bibliográfico; significado estabelecido entre cada um dos elementos de um registro e os valores de representação que assume;
 - *semântico*: descreve as relações estruturais estabelecidas entre o registro bibliográfico e o recurso informacional;
 - *supersemântico*: relação semântica entre os vários registros bibliográficos representados em um catálogo, por meio de identidade de significados (semelhanças) e de oposição de significados (diferenças).

De acordo com Santos (2013, p. 2), a catalogação constrói conjuntos de elementos que são interconectados por meio da representação bibliográfica e esta tem como objetivo facilitar o fluxo de informações nos ambientes informacionais e possui como responsabilidade manter a propriedade de “homeostase” nos sistemas, definida pela autora como a capacidade de regular o ambiente interno, independente das mudanças no ambiente externo. Para a autora, a catalogação possui ainda a seguinte triangulação: marcadores de memória do usuário - registros descritivos - possibilidades do sistema informacional.

Essa representação, combinada com o uso estratégico das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), permite que o usuário acesse a informação de modo simultâneo e universal, reforçando o poder que o homem possui sobre as informações, que serão transformadas posteriormente em conhecimento. Essa relação da catalogação com as TICs, reforça que as redes digitais devem ser investigadas no contexto dos estudos em representação bibliográfica, analisando a construção social do conhecimento em ambientes informacionais digitais (Santos, 2013, p. 3).

Diante desse contexto, percebe-se a importância da catalogação para o acesso à informação, na mediação com o usuário, e como ela acompanha as novas tecnologias, sempre tendo como foco a representação bibliográfica fidedigna, atuando como meio entre a informação e o usuário. Para auxiliar na construção desse conceito e constante evolução do processo, tem-se os PIC, que atuam como um meio para direcionar as atividades de catalogação e a construção de catálogos.

2.1.2 Princípios de catalogação

Ocorre em Paris no ano de 1961 a *International Conference on Cataloguing Principles*, em que foi publicado o documento Declaração de Princípios, também reconhecido como Princípios de Paris (International Federation of Library Associations and Institutions, 1961). De acordo com Machado e Zafalon (2020, p. 34), essa publicação tem por objetivo “servir como referência para a padronização internacional da catalogação, além de orientar a construção de catálogos e de códigos de catalogação”. Esse documento descreveu as funções e estrutura dos catálogos, além de fornecer diretrizes em um registro bibliográfico.

Quem também esteve presente na referida conferência foi Ranganathan, que em 1959 já alertava sobre a importância desse encontro em um artigo em que destacou a necessidade da adoção de um código de catalogação internacional, especialmente a nível de economia a partir da produção em massa desses documentos e também a necessidade por padronização, permitindo que as entradas fossem replicadas em diferentes bibliotecas, evitando o retrabalho. Alguns desafios à época também foram destacados pelo autor, como diferenças culturais, medo em relação ao novo e adoção dessas normas em livros de diferentes países (Ranganathan, 1959).

Quem iniciou as bases para essas discussões foi o bibliotecário Seymour Lubetzky, com sua obra *Cataloguing Rules and Principles*, que buscou questionar o código de catalogação até então vigente, elaborado pela *American Library Association*, direcionando suas reflexões a partir da pergunta “essa regra é realmente necessária?”. O incômodo de Lubetzky era que deveria existir uma metodologia para elaboração de códigos de catalogação, em que houvesse uma definição de objetivos e lógica de regras expressas no documento, determinando as diferenças entre obra e livro, o uso da página de rosto como fonte principal de informação, o catálogo como ferramenta que auxilia na exploração do conteúdo do

acervo, dentre outros aspectos. Esses princípios demonstraram ser os grandes norteadores dos principais códigos de catalogação existentes, em especial o AACR (Santos; Correa, 2009, p. 23).

Tamanha foi a importância dos PIC para o desenvolvimento dos processos de catalogação que eles influenciaram na proposta da UNESCO para o controle bibliográfico universal. O programa previa que houvesse o depósito legal de toda produção bibliográfica ocorrida nacionalmente em um país, preservando as bibliografias e sendo as instituições de salvaguarda desses materiais responsáveis pelo intercâmbio de dados bibliográficos desses materiais (Campello; Magalhães, 1997)

Em uma nova atualização do documento a essência dos princípios é mantida: a catalogação é realizada visando a satisfação do usuário, o que se altera é de que forma esse objetivo será alcançado. Nessa atualização, são estabelecidas regras que percorrem todas as etapas da descrição bibliográfica: os pontos de acesso, a descrição em si, os “catálogos auxiliares” - ora denominados tabelas auxiliares, buscando sempre a padronização da catalogação, indo além de apenas entradas e cabeçalhos, que eram os elementos privilegiados da primeira versão. Esse contexto motivou a proposta da criação de um Código Internacional de Catalogação, o *Resource Descriptive Cataloguing* (RDA), em substituição do AACR2 amplamente utilizado até hoje (Santos; Correa, 2009, p. 27).

Outros elementos que podem ser verificados na atualização da Declaração de PIC, formalmente publicada em 2009, são os elementos: âmbito; entidades, atributos e relações; funções do catálogo; descrição bibliográfica; pontos de acesso; registros de autoridade; fundamentos para permitir a pesquisa. Os princípios incluídos nessa declaração seguem o proposto pelo modelo conceitual FRBR, estabelecido pela IFLA.

A última versão da Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação estabelece os seguintes princípios:

Interesse do usuário. Interesse significa que se deve fazer todos os esforços para manter todos os dados compreensíveis e adequados para os usuários. A palavra “usuário” compreende a qualquer indivíduo que busque no catálogo e utilize os dados bibliográficos e/ou de autoridades. As decisões referentes a criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos, devem ser decididas tendo em mente o usuário.

Uso comum. O vocabulário utilizado nas descrições e pontos de acesso devem estar em concordância com a maioria dos usuários.

Representação. Uma descrição deve representar o recurso tal como aparece. As formas controladas dos nomes de pessoas, entidades coletivas e famílias devem se basear na maneira como estas entidades se autodenominam. As formas controladas dos títulos de obras devem se basear na forma com que aparece na primeira manifestação da expressão original. Se isso não for possível, deve-se usar a forma comumente utilizada nas fontes de consulta.

Precisão. Os dados bibliográficos e de autoridades devem ser uma representação exata da entidade descrita.

Suficiência e necessidade. Se deverá incluir os elementos dos dados requeridos para: facilitar o acesso para todos os tipos de usuários, incluindo aqueles com necessidades específicas; cumprir os objetivos e funções do catálogo e descrever ou identificar entidades.

Significação. Os elementos dos dados devem ser relevantes para a descrição, dignos de menção e permitir a diferenciação entre entidades.

Economia. Quando existem diferentes vias para conseguir um objetivo, deve-se preferir o meio que melhor favoreça a total conveniência e sentido prático (isto é, o menor custo e implementação mais simples).

Coerência e normalização. Devem-se normalizar as descrições e a criação de pontos de acesso até o ponto em que seja possível para possibilitar a coerência.

Integração. As descrições para todo o tipo de recursos e formas controladas dos nomes de qualquer tipo de entidade deverão se basear o máximo possível em um conjunto de regras comum.

Interoperabilidade: Deve-se fazer todos os esforços possíveis para assegurar o intercâmbio e a reutilização dos dados bibliográficos e de autoridade dentro e fora da comunidade bibliotecária. É extremamente recomendável o uso de vocabulários que facilitem a tradução automática e a desambiguação, para o intercâmbio de dados e ferramentas de descoberta.

Abertura: as restrições aos dados devem ser mínimas a fim de fomentar a transparência e cumprir com os princípios de acesso aberto, como também é manifestado na Declaração da IFLA sobre o acesso aberto. Qualquer restrição de acesso aos dados deve ser declarada explicitamente.

Acessibilidade: o acesso aos dados bibliográficos e de autoridade, assim como as funcionalidades dos dispositivos de busca, devem cumprir as normas internacionais de acessibilidade, como se recomenda no Código de ética da IFLA para bibliotecários e outros trabalhadores da informação.

Racionalidade: as regras de um código de catalogação deverão ser defendíveis e não arbitrarias. Se, em situações específicas, não é possível respeitar todos os princípios, então se deverá adotar uma solução prática e defendível e se deverá explicar as razões (International Federation of Library Association and Institutions, 2016, p. 05-06, tradução nossa).

De modo a contrapor a primeira Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação com suas duas reedições, Machado e Zafalon (2020) teceram comparações, apresentadas no Quadro 1.

Quadro 1 – Quadro comparativo das versões dos Princípios Internacionais de Catalogação

Abrangência
ICP 1961 – Escolha de pontos de acesso e cabeçalhos
ICP 2009 – Entidades, atributos e relações; descrição bibliográfica; pontos de acesso; fundamentos para a funcionalidade de pesquisa
ICP 2016 – Entidades, atributos e relações; descrição bibliográfica; pontos de acesso; fundamentos das capacidades de pesquisa
Princípios
ICP 1961 – Não menciona
ICP 2009 – Conveniência do usuário; Uso comum; Representação; Exatidão; Suficiência e necessidade; Significância; Economia; Consistência e normalização; Integração.
ICP 2016 – Conveniência do usuário; Uso comum; Representação; Exatidão; Suficiência e necessidade; Significância; Economia; Consistência e normalização; Integração; Interoperabilidade; Abertura; Acessibilidade; Racionalidade
Recursos informacionais
ICP 1961 – Livros impressos
ICP 2009 – Todos os tipos de recursos informacionais
ICP 2016 – Todos os tipos de recursos informacionais
Funções do catálogo
ICP 1961 – O catálogo deve ser um instrumento eficiente para verificar: se a biblioteca contém um determinado livro especificado por seu autor e título, ou se o autor não for mencionado no livro, apenas seu título, ou se autor e título forem inadequados ou insuficientes para identificação, um substituto adequado para o título; e quais obras de um determinado autor e quais edições de uma determinada obra estão na biblioteca.
ICP 2009 – O catálogo deve ser um instrumento efetivo e eficiente que permita ao utilizador (usuário): encontrar um determinado recurso; identificar um recurso bibliográfico ou agente; selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário; adquirir ou obter acesso a um item descrito; navegar num catálogo ou para além dele.
ICP 2016 – O catálogo deve ser um instrumento eficaz e eficiente que permite ao usuário: encontrar um determinado recurso; identificar um recurso bibliográfico ou agente; selecionar um recurso bibliográfico que seja apropriado às necessidades do usuário; adquirir ou obter acesso a um item descrito; navegar e explorar num catálogo ou para além dele.
Usuário
ICP 1961 – O catálogo deve atender às necessidades e ao interesse do usuário.
ICP 2009 – A conveniência do usuário é o princípio mais determinante.
ICP 2016 – Considera novas categorias de usuários e a mudança significativa do seu comportamento em geral.
Descrição bibliográfica
ICP 1961 – Não menciona.
ICP 2009 – Indica que: deve ser criada uma descrição bibliográfica separada para cada Manifestação; a descrição bibliográfica baseia-se, tipicamente, no item e pode incluir atributos tanto da obra quanto da expressão; os dados descritivos devem ser baseados numa norma internacionalmente vigente; as descrições podem ser feitas de acordo com

vários níveis de detalhe, dependendo dos objetivos do catálogo ou ficheiro (arquivo) bibliográfico.

ICP 2016 – Deve-se criar uma descrição bibliográfica separada para cada Manifestação; - os dados descritivos devem ser baseados numa norma internacionalmente vigente; - as descrições podem ser feitas de acordo com vários níveis de detalhe, dependendo dos objetivos do catálogo.

Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (1961, 2009, 2016) e Machado e Zafalon (2020).

Considerando o exposto, faz-se necessário apresentar agora o processo e produto da catalogação. É a partir destes elementos que ocorre a recuperação da informação por meio de pontos de acesso padronizados e disponíveis nos sistemas de recuperação.

2.1.3 Processos e produtos da catalogação

Para que o processo de catalogação se concretize, Lourenço, Zafalon e Lopes (2020, p. 90, grifo nosso) destacam que é de suma importância compreender as seguintes etapas:

Leitura técnica, que permite a identificação tanto dos elementos intrínsecos (descritivos) quanto extrínsecos (temáticos) do documento;

Identificação dos pontos de acesso ao documento, definidos no momento da leitura técnica, que permitirão a construção de índices a serem utilizados como recurso nas atividades de recuperação da informação;

Descrição bibliográfica propriamente dita, transcrição dos elementos representativos do documento em um sistema de recuperação da informação.

Redigolo e Fujita (2015, p. 367) destacam a importância da primeira das fases, a leitura técnica do documento. Para as autoras, a representação funciona enquanto um processo de mediação da informação, e a leitura profissional, executada para vias de construção de objetos de síntese e seleção de conceitos, comumente sofre influência por parte do mediador e por isso, deve ser realizada de maneira técnica para que de fato ocorra a representação e posterior recuperação por parte dos usuários.

[...] a leitura técnica durante a análise de assunto é um processo interpretativo, que não está livre de inferências, deste modo, o catalogador precisa compreender e inferir para que consiga desenvolver uma representação que supra as necessidades de busca dos usuários e os interesses da instituição (Redigolo; Fujita, 2015, p. 370).

Ainda segundo Redigolo e Fujita (2015, p. 367), a leitura técnica é uma ação que não termina em si, uma vez que seu propósito é realizar uma representação

mediada para fins de recuperação. Quando a representação é realizada de maneira estruturada, fortalecerá o catálogo e atrairá mais usuários, que percebem que suas áreas de interesse estão contempladas. Dessa forma, um catálogo construído a partir de elementos consistentes, dará um retorno mais objetivo aos interesses dos usuários, cumprindo o papel de mediação da informação.

Essa função mediadora da catalogação também é expressa por Nascimento e Souza (2021, p. 67), que afirmam ser a catalogação uma das atividades mais importantes da biblioteca, uma vez que atua como mediadora entre informação e usuários, função essa expressa principalmente a partir da elaboração e utilização de catálogos. As autoras ainda ressaltam que essa não é uma prática mecânica, mas eminentemente intelectual e cognitiva, que resulta na construção de registros bibliográficos que irão expressar e representar a informação disponível na biblioteca.

Por assumir esse caráter mediador, é de fundamental importância que o bibliotecário se revista de uma postura proativa e consciente no momento da realização da catalogação, assegurando que o usuário possa acessar a informação e identificar novas necessidades. Sendo assim, essa prática deve ser realizada tendo como principal foco o usuário, mesmo que ele não possua interferência direta no momento de sua elaboração (Nascimento; Souza, 2021, p.73).

Reforça-se também a necessidade de uma leitura profissional ser realizada de maneira técnica, apoiada pelo conhecimento do tipo de material analisado e o contexto informacional dos usuários a quem ele se destina. Esse tecnicismo evidencia o quanto as experiências e competências do catalogador são necessárias ao processo, demonstrando que a prática vai além de apenas construir um catálogo, mas proporcionar diferentes vias de acesso ao documento, o que também o caracteriza como um processo de disseminação da informação (Nascimento; Souza, 2021, p.75).

Gravina (2022) também analisa as competências profissionais do bibliotecário contemporâneo a partir da criação de um glossário terminológico a respeito dessas competências, que dentre elas destaca-se a atualização tecnológica, boas relações interpessoais, comunicação, confiabilidade, criatividade, empatia, empreendedorismo, flexibilidade, inteligência competitiva, liderança, maleabilidade, dentre outras.

Para Baptista (2006, p. 02), a atividade de catalogação precedeu a criação do ofício do bibliotecário e, no entanto, foi ela quem determinou a consolidação da

profissão a partir da criação de um curso superior para tal, sendo incluída como uma das primeiras disciplinas de graduação do referido curso. E, considerando esse avanço das novas tecnologias, é destacado que a catalogação sofreu três grandes marcos em sua evolução: utilização da ficha impressa padronizada - invenção do computador - advento da internet. Esse último cenário rompeu barreiras físicas de acesso ao material, fazendo com que estudiosos da catalogação buscassem por novos padrões que se adequassem a essa nova organização da informação. E, no entanto, para a autora é possível concluir que há uma busca para simplificar e tornar mais objetivo a atividade de catalogar.

Essa representação carrega consigo não apenas a descrição dos materiais, mas os aspectos semânticos das unidades documentárias, que podem ser impressas ou digitais, registrado de maneira padronizada e favorecendo o intercâmbio de dados, para que a recuperação seja realizada quase que de maneira instantânea (Baptista, 2006, p. 05).

Em relação aos aspectos necessários para o bem fazer do trabalho do catalogador, Mey e Silveira (2009, p. 05) afirmam como qualidades indispensáveis ao profissional:

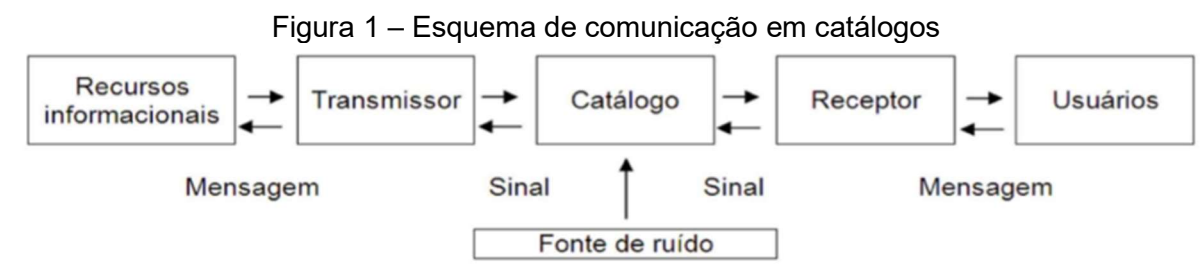
- a) Muita leitura, com prazer e entendimento: deve ler, no mínimo, trinta livros por ano. O catalogador precisa ter o hábito e gostar de ler;
- b) Conhecimentos gerais atualizados: o catalogador não pode manter-se afastado do mundo em que vive;
- c) Preocupação em superar a prática irreflexiva e automática de seu trabalho;
- d) Conhecimento dos seus usuários, reais e potenciais;
- e) Abertura quanto às tecnologias e, ao mesmo tempo, consciência do papel circunscrito destas mesmas tecnologias;
- f) Respeito ao passado e, ao mesmo tempo, preocupação com a descoberta do novo, por si próprio e por seus usuários.

É a partir desses processos, objetivos e funções que a catalogação irá gerar seus produtos. Serão esses produtos, ora denominados como catálogos, que irão servir como aporte para os sistemas de recuperação da informação.

Para além de uma lista ordenada dos itens disponíveis na biblioteca, Mey (1995, p. 09) define catálogo como “canal de comunicação estruturado, que veicula mensagens contidas nos itens, e sobre os itens, de um ou vários acervos, apresentando-os sob forma codificada e organizada, agrupadas por semelhanças, aos usuários desse acervo”. De maneira geral, a autora afirma que o propósito do

catálogo é veicular mensagens relativas aos itens que constituem o acervo da biblioteca.

Fazendo referência ao esquema clássico de comunicação de Shannon, publicado em 1948, Zafalon (2014) propõe um esquema de comunicação em catálogos.



Fonte: Zafalon (2014).

Para Zafalon (2014), a representação bibliográfica veicula mensagens codificadas a respeito dos itens disponíveis na unidade de informação, comunicando aos usuários a partir de suas necessidades informacionais. Essas mensagens caracterizam-se como os elementos essenciais definidos pelo bibliotecário no momento da catalogação, de acordo com a forma que seu público específico irá buscar cumprindo assim, o processo comunicativo. Esse processo ainda individualiza pelas diferenças e reúne pelas semelhanças (Zafalon, 2014).

Essa característica comunicativa do catálogo também é concebida por Mey e Silveira (2010, p. 127), uma vez que ele é um elemento de interação entre criador, usuário e documento. Destaca-se o uso do termo criador pelas autoras, termo esse que abrange indivíduos como autor, artista ou qualquer responsável intelectual pela obra e que deseja que sua obra seja conhecida por parte do usuário. Para as autoras, o papel do bibliotecário no desenvolvimento deste produto é encontrar documentos registrados bibliograficamente para: “a) levantar itens de interesse a seus próprios usuários; b) obter auxílio para o desenvolvimento de coleções; c) utilizar registros já elaborados, evitando duplicidade de esforços”.

Segundo Machado e Zafalon (2020, p. 18), o catálogo é a reunião dos registros bibliográficos em um suporte, funcionando como canal entre acervo e usuários, que teve sua função impulsionada após a popularização da impressão e do acesso aos livros. Esses produtos, para os autores, assumem ainda uma função social, agindo de maneira essencial na democratização do acesso à informação e ao conhecimento.

Nascimento e Souza (2021, p. 69) afirmam que o catálogo é o principal produto da prática da catalogação, que exerce a função comunicativa entre o acervo da biblioteca e seus usuários, uma vez que permite que esses indivíduos façam a busca e recuperação da informação. É por meio dele que o usuário identifica tudo que a biblioteca possui em seu acervo e qual a localização de cada documento, sem que seja necessário recorrer item a item na estante.

As autoras também ressaltam que uma grande evolução, no que tange aos catálogos, caracterizada pelo avanço das TICs, foi a evolução do catálogo físico para o catálogo automatizado, dado que a recuperação é realizada de maneira muito mais rápida e a qualidade dos dados é recuperada de maneira mais efetiva (Nascimento; Souza, 2021, p. 70).

Mey (1995, p. 10) destaca algumas qualidades em relação aos suportes dos catálogos: **flexibilidade**, sempre permitindo a inserção e exclusão de itens; **facilidade de manuseio**, estar em um local visível e apresentar instruções de como utilizá-lo; **portabilidade**, permitir ser consultado fora do espaço físico da biblioteca; e **compacidade**, ocupar pouco espaço. Embora essas qualidades tenham sido elaboradas também considerando os catálogos manuais, hoje pouco utilizados, conseguimos facilmente transpor suas considerações para os catálogos eletrônicos, amplamente utilizados na atualidade.

A autora ainda destaca que algumas qualidades devem ser refletidas no momento da construção dos catálogos, a saber: **uniformidade**, na compreensão do código de catalogação, reunião de itens semelhantes e facilidade de manuseio pelo usuários; **economia na preparação e manutenção**, economizando tempo e financeiro; **atualidade**, constantemente atualizado, refletindo o que de fato está no acervo (Mey, 1995).

Em sua obra *Rules for a Dictionary Catalogue*, Cutter (1891, p. 08, tradução nossa) estabeleceu como objetivos do catálogo:

1. Permitir que uma pessoa encontre um livro do qual:
 - a) o autor,
 - b) o título, ou
 - c) o assunto é conhecido.
2. Mostrar o que a biblioteca possui a respeito de
 - a) determinado autor;
 - b) determinado assunto;
 - c) determinado tipo de literatura.
3. Auxiliar na escolha de um livro
 - a) quanto a sua edição (bibliograficamente);

b) quanto ao seu caráter (literário ou tópico).¹

Mey (1995, p. 90) afirma que, para além de suas características físicas, os catálogos podem ser classificados em dois grupos: públicos ou externos e auxiliares ou internos. O primeiro grupo são catálogos que incluem o registro bibliográfico completo dos itens do acervo, organizados de forma a permitir que a busca seja feita minimamente por cada um dos pontos de acesso definidos para aquele registro, ou seja, responsável pela obra, título e assuntos. Eles podem ser organizados das seguintes formas:

- alfabeticamente;
- como um todo, com as entradas de responsabilidade, título e assunto intercaladas, o que é denominado como catálogo dicionário;
- com entradas de responsabilidade, título e assunto organizadas separadamente, cada uma formando um catálogo, o que é denominado como catálogo dividido;
- com entradas de autores e títulos conjuntas e entradas de assunto separadas;
- sistematicamente;
- com entradas de assunto organizadas pelo número de classificação, o que exige um índice alfabético dos assuntos que remeta ao número de classificação e entradas de responsabilidade e/ou título organizadas alfabeticamente, em catálogos separados.

Já os catálogos internos, são definidos por Mey (1995, p. 97) como aqueles que dão suporte às diferentes atividades desenvolvidas pelo bibliotecário catalogador. São utilizados para o controle dos cabeçalhos, da coleção e catálogos externos, permitindo que haja padronização dos trabalhos mesmo com a troca de responsáveis. Podem ser eles:

- **catálogo de identidade:** muitas vezes entendido erroneamente como catálogo de autoridade, compreende os nomes autorizados para cabeçalhos de nomes de pessoas e entidades coletivas. Ele é composto por informações a respeito do item que serviu de base para o estabelecimento do cabeçalho, a fonte de informação para o cabeçalho, remissivas, datas, outros dados que o catalogador julgar importante para identificação da responsabilidade e notação de autor;
- **catálogo de assuntos:** abrange os termos autorizados para representação dos assuntos dos itens, assim como as fontes pesquisadas, termos não utilizados, termos relacionados - indicados por meio da remissiva “ver também”, número de classificação, termos sinônimos - indicados por meio da remissiva “ver”;
- **catálogo dos números de classificação:** permite um controle a respeito dos números de classificação utilizados, evitando que

¹ No original: “1. To enable a person to find a book of which either: (A) the author, (B) the title, or (C) the subject is known; 2. To show what the library has: (D) by a given author, (E) on a given subject, (F) in a given kind of literature. 3. To assist in the choice of a book: (G) as to its edition (bibliographically); (H) as to its character (literary or topical).”

sejam usados números diferentes representando assuntos similares ou duplicidades de números ou interpretações. Consta neste catálogo o número de classificação, seu respectivo assunto e explicações sobre a adoção, quando necessário;

- **catálogo de títulos:** esse grupo se subdivide em catálogos de séries, utilizado para padronização de títulos de série no ponto de acesso quando sofrem ligeiras modificações no item; catálogo de títulos uniformes, utilizado para trazer uniformidade aos títulos, constando explicações sobre seu uso e remissivas quando necessário; e catálogo decisório, utilizado para indicar as decisões tomadas referentes à catalogação, fazendo com que o trabalho seja continuado com o mesmo padrão mesmo quando os responsáveis se alteram. Hoje em dia, esse catálogo pode ser substituído por Manuais e Políticas de Catalogação;
- **catálogo topográfico:** indica a localização de todos os itens no acervo, organizado pelo número de chamada. Esse catálogo é muito útil para fazer o inventário do acervo, identificando extravio de itens e quantidade de itens sobre determinado assunto;
- **catálogo oficial:** funciona como uma réplica do catálogo original, mas contém apenas um dos registros completos, geralmente com ponto de acesso principal, de modo a preservar o catálogo externo, em que muitas vezes as fichas se deterioram com o frequente uso. Com a popularização dos catálogos digitais, esse tipo de catálogo já caiu em desuso.
- **catálogo de registro:** utilizado para controle patrimonial e administrativo do acervo, informando a data de incorporação do item no acervo e sua baixa, quando for o caso.

Em síntese, após apresentar as características e conceitos do processo de catalogação e seu produto, os catálogos, busca-se, na próxima seção apresentar os instrumentos e modelos conceituais utilizados para codificar as informações nesses produtos.

2.1.4 Modelos conceituais

Para que a prática e os processos de catalogação sejam uniformes, e o catálogo cumpra com seus objetivos, adotam-se modelos conceituais, que são utilizados para a construção teórica de códigos de catalogação e contribuem com a evolução das teorias de catalogação. A catalogação é responsável por mostrar a relação entre os elementos dos recursos e os modelos são responsáveis por mostrar como essas relações acontecem.

De acordo com Machado e Zafalon (2020, p. 54)

Os modelos conceituais no universo bibliográfico foram propostos para servir de orientação à catalogação e colocam-se como posições teóricas no sentido de orientar a construção de padrões, normas, códigos que direcionam os registros bibliográficos usando de uniformidade, a despeito das diferenças culturais, linguísticas, tipos de conteúdo e sobre os seus suportes informacionais.

Nesse contexto, evidencia-se a importância da família FR, proposta pela *International Federation of Library Associations and Institutions*. Esse é um modelo elaborado a partir da premissa entidade-relacionamento, ou seja, define-se quais são as entidades e os atributos e, a partir disso, quais são os relacionamentos entre eles. O FRBR - *Functional Requirements for Bibliographic Records*, primeiro modelo da família e publicado em 1998, é baseado nos princípios da Declaração de Paris e surge a partir do contexto de mudança tecnológica e avanço da catalogação cooperativa, como forma de redução de custos ao minimizar o esforço duplicado no processo de representação descritiva (*International Federation of Library Associations and Institutions*, 1998).

Segundo o relatório final do estudo que originou o FRBR, ele fundamenta-se em uma abordagem orientada ao usuário, que define um caminho a respeito de como o usuário busca a informação e como ela é utilizada, a partir da definição e atribuição de entidades como objetos chave do interesse dos usuários em registros bibliográficos.

Os elementos básicos desse modelo conceitual são: entidades, atributos e relacionamentos, que são baseados nas seguintes tarefas desempenhadas pelos usuários ao buscar documentos em um catálogo:

- **encontrar** materiais que correspondam aos critérios de busca do usuário, por exemplo, um assunto ou título de interesse do usuário;
- **identificar** uma entidade a partir dos documentos recuperados, por exemplo, confirmar que o documento recuperado corresponde ao que é buscado pelo usuário;
- **selecionar** uma entidade apropriada à necessidade do usuário, como por exemplo, selecionar um item em um idioma reconhecido pelo usuário;
- **obter** acesso à entidade descrita, por exemplo, acessar de maneira online um documento eletrônico em um computador remoto (*International Federation of Library Associations and Institutions*, 1998, p. 79, tradução nossa).²

² No original, destaque nosso: “to **find** entities that correspond to the user’s stated search criteria (i.e., to locate either a single entity or a set of entities in a file or database as the result of a search using an attribute or relationship of the entity); to **identify** an entity (i.e., to confirm that the entity described corresponds to the entity sought, or to distinguish between two or more entities with similar characteristics); to **select** an entity that is appropriate to the user’s needs (i.e., to choose an entity that meets the user’s requirements with respect to content, physical format, etc., or to reject an entity as being inappropriate to the user’s needs); to **acquire or obtain** access to the entity described (i.e., to acquire an entity through purchase, loan, etc., or to access an entity electronically through an online connection to a remote computer)”.

Nas discussões a respeito da aplicação desse modelo conceitual para construção de um novo código de catalogação, o *Resource Description and Access* (RDA), observou-se a necessidade do emprego de um novo modelo conceitual que converte os três componentes da família FR, trazendo harmonia para os modelos anteriores, minimizando o conflito entre entidades. O modelo foi então desenvolvido e denominado IFLA *Library Reference Model* (IFLA LRM).

A construção desse novo modelo tem como antecedente o fato de que os três modelos conceituais da família FRBR foram construídos separadamente e em períodos diferentes e, embora todos tenham como estrutura básica o relacionamento entre entidades, eles possuem visões e soluções distintas para problemas em comum, o que dificultava a adoção dos três em um único sistema. Fez-se necessário então consolidá-los em um único modelo (International Federation of Library Associations and Institutions, 2017).

O IFLA LRM é definido no relatório como um modelo de referência conceitual, que possui uma estrutura aperfeiçoada da modelagem entidade-relacionamento, englobando dados bibliográficos em um sentido amplo e geral, baseado no estudo original do FRBR. O objetivo do modelo é governar a estrutura lógica das informações bibliográficas, sem fazer distinção entre sistemas que esses dados serão armazenados, ou seja, sem distinguir dados de registros bibliográficos ou de autoridade (International Federation of Library Associations and Institutions, 2017).

Como escopo funcional, assim como o FRBR, o IFLA LRM fundamenta-se nas tarefas do usuário, mas amplia algumas funções:

- **Encontrar:** reunir informações sobre um ou mais recursos de interesse pesquisando sobre qualquer critério relevante;
- **Identificar:** compreender claramente a natureza dos recursos encontrados e distinguir entre recursos semelhantes;
- **Selecionar:** determinar a adequação dos recursos encontrados e aceitar ou rejeitar recursos específicos;
- **Obter:** acessar o conteúdo do recurso;
- **Explorar:** descobrir recursos utilizando os relacionamentos entre eles e, assim, contextualizá-los (International Federation of Library Associations and Institutions, 2017, p. 16, tradução nossa).³

³ No original, destaque nosso: "**Find:** to bring together information about one or more resources of interest by searching on any relevant criteria; **Identify:** to clearly understand the nature of the resources found and to distinguish between similar resources; **Select:** to determine the suitability of the resources found, and to be enabled to either accept or reject specific resources; **Obtain:** to access the content of the resource; **Explore:** to discover resources using the relationships between them and thus place the resources in a context".

Para o IFLA LRM, o relacionamento entre as entidades obra, expressão, manifestação e item continua sendo essencial. No entanto, os atributos e outros relacionamentos não são imprescindíveis; por exemplo, pode ser que uma bibliografia nacional não possua nenhuma informação a respeito da entidade item, sendo assim, nenhum atributo ou relacionamento pode ser determinado para essa entidade (International Federation of Library Associations and Institutions, 2017).

O modelo IFLA LRM possui as entidades e definições apresentadas no Quadro 2.

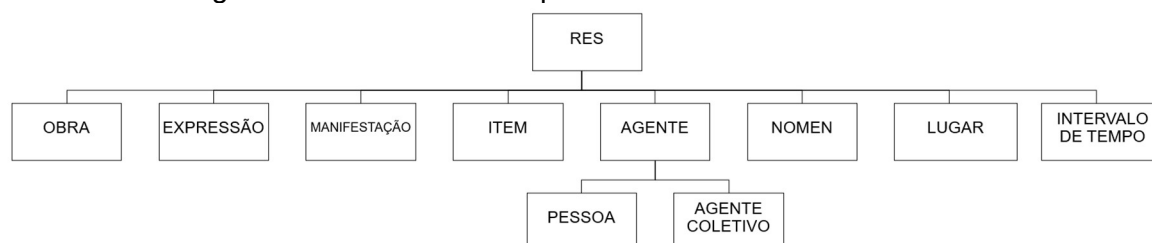
Quadro 2 – IFLA LRM: Entidades e definições

Entidade	Definição
Res	Qualquer entidade no universo do discurso
Obra	O conteúdo intelectual ou artístico de uma criação específica
Expressão	Uma combinação específica de sinais que transmitem conteúdo intelectual ou artístico
Manifestação	Um conjunto de todos os suportes que supostamente compartilham as mesmas características do conteúdo intelectual ou artístico e aspectos da forma física
Item	Um ou vários objetos que carregam sinais destinados a transmitir conteúdo intelectual ou artístico
Agente	Uma entidade capaz de ações deliberadas, de cessão de direitos e de ser responsabilizada por suas ações
Pessoa	Um ser humano individual
Agente coletivo	Uma reunião ou organização de pessoas com um nome específico e capaz de atuar como uma unidade
Nomen	Uma associação entre uma entidade e uma designação que se refere a ela
Lugar	Uma extensão de espaço determinada
Intervalo de tempo	Uma extensão temporal que possui um início, um fim e uma duração

Fonte: Adaptado de International Federation of Library Associations and Institutions (2017).

A estrutura hierárquica do IFLA LRM, com entidades em três níveis, é apresentada na Figura 2.

Figura 2 – Estrutura hierárquica entre as entidades IFLA LRM



Fonte: adaptado de Machado e Zafalon (2020, p. 103).

Os relacionamentos entre as entidades no modelo IFLA LRM seguem o padrão “IsA”, ou seja, “é um”. O Quadro 3 apresenta as relações entre as entidades.

Quadro 3 – Relacionamentos entre as entidades IFLA LRM

ID	Relacionamento declarado	Relacionamento de reciprocidade
LRM-R1	Res possui associação com Res	Res é associado com Res
LRM-R2	Obra é realizada através de Expressão	Expressão realiza Obra
LRM-R3	Expressão é materializada em Manifestação	Manifestação materializa Expressão
LRM-R4	Manifestação é exemplificada por Item	Item exemplifica Manifestação
LRM-R5	Obra foi criada por Agente	Agente criou Obra
LRM-R6	Expressão foi criada por Agente	Agente criou Expressão
LRM-R7	Manifestação foi criada por Agente	Agente criou Manifestação
LRM-R8	Manifestação foi fabricada por Agente	Agente fabricou Manifestação
LRM-R9	Manifestação é distribuída por Agente	Agente distribuiu Manifestação
LRM-R10	Item é propriedade de Agente	Agente é proprietário de Item
LRM-R11	Item foi modificado por Agente	Agente modificou Item
LRM-R12	Obra possui como assunto Res	Res é assunto de Obra
LRM-R13	Res possui denominação Nomen	Nomen é denominação de Res
LRM-R14	Agente atribui Nomen	Nomen foi atribuído por Agente
LRM-R15	Nomen é equivalente a Nomen	Nomen é equivalente a Nomen
LRM-R16	Nomen possui parte Nomen	Nomen é parte de Nomen
LRM-R17	Nomen é derivação de Nomen	Nomen possui derivação Nomen
LRM-R18	Obra possui parte Obra	Obra é parte de Obra
LRM-R19	Obra precede Obra	Obra sucede Obra
LRM-R20	Obra acompanha / complementa Obra	Obra é acompanhado / complementado por Obra
LRM-R21	Obra é inspiração para Obra	Obra é inspirado por Obra
LRM-R22	Obra é transformação de Obra	Obra foi transformado em Obra
LRM-R23	Expressão possui parte Expressão	Expressão é parte de Expressão
LRM-R24	Expressão é derivação de Expressão	Expressão possui derivação Expressão
LRM-R25	Expressão foi agregado por Expressão	Expressão agregou Expressão
LRM-R26	Manifestação possui parte Manifestação	Manifestação é parte de Manifestação
LRM-R27	Manifestação possui reprodução Manifestação	Manifestação é reprodução de Manifestação
LRM-R28	Item é reprodução de Manifestação	Manifestação possui reprodução Item
LRM-R29	Manifestação possui alternativa Manifestação	Manifestação possui alternativa Manifestação
LRM-R30	Agente é membro de Agente coletivo	Agente coletivo possui membro Agente
LRM-R31	Agente coletivo possui parte Agente coletivo	Agente coletivo é parte de Agente coletivo
LRM-R32	Agente coletivo precede Agente coletivo	Agente coletivo sucede Agente coletivo
LRM-R33	Res possui associação com Lugar	Lugar é associado com Res
LRM-R34	Lugar possui parte Lugar	Lugar é parte de Lugar
LRM-R35	Res possui associação com Intervalo de tempo	Intervalo de tempo é associado com Res
LRM-R36	Intervalo de tempo possui parte Intervalo de tempo	Intervalo de tempo é parte de Intervalo de tempo

Fonte: Machado e Zafalon (2020, p. 106).

Como pôde ser observado, o processo de catalogação é complexo, perpassa por várias etapas. É essencial para organização e acesso à informação e envolve um grande esforço intelectual. Nesse sentido, o profissional da informação deve assumir uma postura ética diante desses aspectos no momento da catalogação. A próxima seção irá abordar com mais detalhes esses aspectos.

2.2 Ética nos códigos profissionais e nos estudos da catalogação

Conforme foi dito anteriormente, a ética pode ser compreendida enquanto uma área de estudo da filosofia, que aborda os princípios e valores que orientam o comportamento humano, ajudando a distinguir o que é considerado certo ou errado, bom ou mau, justo ou injusto. A ética busca compreender e avaliar as ações humanas em termos de moralidade, questionando o que devemos fazer e como devemos viver.

Uma das vertentes da ética são suas questões deontológicas, ou seja, regras morais relacionadas ao fazer profissional, geralmente expressas em códigos de ética.

No âmbito da Ciência da Informação, importantes códigos foram desenvolvidos, como:

- **Código de Ética da IFLA para bibliotecários e outros profissionais da informação**: Criado em 2012 no âmbito de um grupo de trabalho, possui como valores fundamentais do profissional: garantir o acesso à informação; ter responsabilidade tanto para com os indivíduos quanto para a sociedade; respeitar a privacidade, sigilo e transparência; promover o acesso aberto e proteger a propriedade intelectual; ter neutralidade, integridade pessoal e habilidades profissionais; manter relação respeitosa entre colega e empregador/empregado, além de prever alguns estudos adicionais a respeito desses aspectos (International Federation of Library Associations and Institutions, 2012);
- **ALA Code of Ethics**: O código da American Library Association (ALA) foi elaborado por um comitê, com sua última atualização em 2021. Os valores expressos neste documento versam sobre serviços de qualidade e igualitários; liberdade intelectual; direito à privacidade e confidencialidade; respeito à propriedade intelectual; respeito nas relações de trabalho; necessidade de manter as crenças pessoais afastadas do desenvolvimento do trabalho; desenvolvimento profissional e avanço da profissão; respeito à dignidade humana, diversidade e justiça social (American Library Association, 2021);
- **Código de Ética do Conselho Federal de Biblioteconomia**: aprovado por meio da Resolução nº 207, de 2018, é um documento que difere dos anteriores por apresentar suas premissas a partir de normativas. Contudo,

os valores estão implícitos ao longo da norma, como, por exemplo, nos artigos 2º, 5º e 6º. O artigo 2º apresenta a natureza da profissão prescrevendo que o bibliotecário deve prestar serviços de informação à sociedade e garantir acesso indiscriminado aos serviços, livre de quaisquer embargos. O artigo 5º apresenta os deveres e ressalta a necessidade de exercer a profissão com zelo e honestidade, observar os ditames da ciência e da técnica, contribuir para o desenvolvimento da sociedade e guardar sigilo no desempenho das atividades. Já o artigo 6º dispõe sobre o respeito nas relações de trabalho, no que se refere aos colegas (lealdade, solidariedade, respeito à propriedade intelectual alheia, respeito às atividades dos colegas), em relação à categoria (dignificar moral, ética e profissionalmente a categoria), e em relação ao usuário (tratar o usuário com respeito e civilidade, aplicar todo zelo e recursos no atendimento ao público, não se recusando a prestar assistência profissional e assumir responsabilidades pelas informações fornecidas). Ademais, o referido Código define as infrações ético-disciplinares, prevendo penalidades e sanções quando há o descumprimento (Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018).

Como pode-se observar, alguns valores apresentam-se como fundamentais, como: direito à privacidade e confidencialidade, respeito à propriedade intelectual, além do respeito nas relações profissionais. Gorman (2002 *apud* Sardo, 2019, p. 04) destaca oito valores fundamentais ao profissional da informação, a saber:

- **Administração:** os bibliotecários desempenham um papel crucial na preservação dos registros informacionais para as futuras gerações e, sendo assim, é necessário que esses profissionais se comprometam a compartilhar seus valores mais importantes para os futuros profissionais;
- **Serviço:** os preceitos éticos devem perpassar por todas as atividades práticas do serviço dos bibliotecários;
- **Liberdade intelectual:** assim como expresso nos códigos de ética destacados anteriormente, o autor reforça o papel dos bibliotecários para garantir a liberdade intelectual dos indivíduos;
- **Privacidade:** os usuários devem ter a certeza de que podem acessar qualquer material sem a interferência ou conhecimento de outras pessoas;
- **Racionalismo:** esse princípio deve ser utilizado para promover a organização lógica e categorização do acervo;

- **Compromisso com a alfabetização e o aprendizado:** considerando a leitura como elemento fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos ao longo da vida, destaca-se a importância do seu incentivo. Observa-se a relação desse valor com os conceitos de competência informacional;
- **Equidade de acesso:** dentre as muitas desigualdades sociais, o autor destaca a “exclusão digital” e como os serviços da biblioteca, especialmente os serviços de referência, têm a responsabilidade de ajudar a reduzir essa disparidade e proporcionar igualdade de acesso;
- **Democracia:** a biblioteca desempenha um papel fundamental na promoção da democracia.

Bair (2005) reflete que os códigos de ética profissionais bibliotecários, em especial o da ALA, não tratam sobre a ética na catalogação e sobre os desafios enfrentados por esses profissionais. Para a autora, os catalogadores são responsáveis por dois importantes processos - dar acesso e nomear, além de analisar o conteúdo implícito e explícito dos documentos, transformando todos esses dados em substitutos do documento. Esses profissionais criam pontos de acesso, que funcionam como portais da informação e são responsáveis por toda estrutura de acesso e controle da informação, por meio de códigos, hierarquias e classificações.

Sendo assim, considerando que os catalogadores são responsáveis por impactar a sociedade para o bem ou mal, eles devem estar cientes do impacto ético que suas ações possíveis e, para tanto, a autora elabora um código de ética específico para esses profissionais:

1. Organizamos, agregamos valor, fornecemos e mantemos soluções justas, equitativas e acesso sem censura à informação para todas os usuários de bibliotecas locais, nacionais e globais, colocando suas necessidades informacionais e o direito humano de liberdade de informação antes de nossas próprias necessidades e conveniências;
2. Para garantir que os usuários encontrem as informações que necessitam, os catalogadores reúnem e organizam informações, além de aconselhar usuários na escolha de informações, fornecendo pontos de acesso e códigos abrangentes e precisos, cabeçalhos de assunto e esquemas de classificação, além de descrições completas e precisas;
3. Estamos vigilantes para garantir que não censuramos propositalmente ou inadvertidamente ou negar acesso às informações por meio de catalogações incompletas, imprecisas, uso indevido de códigos, assuntos, classificações e autoridades;
4. Somos honestos e verdadeiros na representação de recursos no que diz respeito à sua área temática, identidade dos responsáveis e descrição precisa;

5. Mantemos os arquivos de autoridade atualizados, refletindo com precisão os esforços intelectuais de autores. Evitamos preconceitos culturais e preservamos a especificidade cultural nos nomes de títulos;
6. Contribuímos para a criação, desenvolvimento, correção, justiça e imparcialidade na aplicação de regras de catalogação, padrões, classificações e sistemas de armazenamento e recuperação da informação. Evitamos e trabalhamos para corrigir preconceitos culturais em padrões de títulos, assuntos, esquemas de classificação e nomes de autoridade;
7. Fornecemos registros precisos e completos aos bancos de dados compartilhados, seguindo os mais altos padrões e regras de codificação, análise de assunto, descrição e classificação;
8. Temos o cuidado de não contribuir para o uso indevido ou distorção de informações por meio de catalogação imprecisa, descuidada ou mínima e a resistir todas as pressões externas para fazê-lo. Reportamos e corrigimos erros no compartilhamento em catálogos cooperativos;
9. Não contribuimos cegamente com catalogações originais de recursos para os quais não temos conhecimento do idioma ou do assunto, mas procuramos assistência. Nós revisamos cuidadosamente a cópia de registros em catalogação cooperativa antes de adicioná-los em nossas bases de dados;
10. Comprometemo-nos com a educação continuada ao longo da vida em prol da profissão, nossos empregadores, usuários e a sociedade a que servimos. Nós promovemos a formação antes e durante o exercício da profissão e o desenvolvimento de pessoal e oportunidades para catalogadores a respeito de idiomas, habilidades técnicas, formatos especiais e conhecimento em temáticas, e trabalhamos para a catalogação abrangente e necessária em escolas de biblioteconomia.⁴ (Bair, 2005, p. 16, tradução nossa).

⁴ No original: "I. We organize, add value to, and provide and maintain fair, equitable, and uncensored access to information for all local, national, and global library users, putting the information needs of our clients and the human right to freedom of information before our own needs and convenience. II. To ensure that users find the information they need, catalogers gather and organize information and advise users in their choice of information by providing comprehensive, accurate encoding and access points; knowledgeable application and addition of subject headings and classification schemes; and accurate and complete description and notes. III. We are vigilant in ensuring that we do not purposely or inadvertently "censor" or deny access to information by allowing cataloging backlogs or through inaccuracy, misuse, or nonuse of encoding, subject headings, classification schemes, and authority control. IV. We are honest and truthful in the representation of resources in regards to its subject area, the identity of those responsible for the intellectual content, and its accurate description. V. We keep authority files up to date, accurately reflecting the intellectual efforts of authors. We avoid cultural bias and preserve cultural specificity in name headings. VI. We contribute to the creation, development, reform, and fair, unbiased application of cataloging rules, standards, classifications, and information storage and retrieval systems. We avoid and work to reform cultural biases in standards for subject headings, classification schemes, and name authority control. VII. We provide accurate, full-level records to the shared databases, following the highest standards and rules for encoding, subject analysis, description, and classification. VIII. We are careful not to contribute to the misuse or distortion of information through inaccurate, careless, or minimal cataloging and resist all internal and external pressures to do so. We report and correct errors in the shared cooperative databases. IX. We do not blindly contribute original cataloging for resources for which we have no language or subject knowledge, but instead seek assistance. We carefully review copy-cataloging for errors before adding them to the local database. X. We commit ourselves to lifelong continuing education for the sake of

Em 2021, o *Cataloging Ethics Steering Committee* da *American Library Association*, composta por membros dos Estados Unidos, Canadá e Reino Unido, elaborou um código de ética específico para catalogadores. No documento, o termo “ética em catalogação” é definido como um conjunto de princípios e valores que direcionam de maneira intencional tomadas de decisão no fazer profissional de catalogadores. Ademais, é definido ainda o conceito catalogação crítica, um subtema da biblioteconomia crítica, que foca em compreender como organizações do conhecimento refletem sobre sistemas opressores (American Library Association, 2021).

O relatório afirma que os valores expressos pelo documento são fundamentados nos seguintes princípios: acesso à recursos e metadados; reconhecimento de preconceitos; *advocacy*; colaboração; aplicação de padrões de maneira crítica; diversidade, equidade e inclusão; educação e capacitação; respeito à privacidade; responsabilidade e transparência; compreensão das necessidades dos usuários (American Library Association, 2021).

Os valores éticos expressos no documento são:

1. Nós catalogamos nossos recursos tendo em mente o usuário final, de modo a facilitar o acesso e promover a descoberta;
2. Nos comprometemo-nos a descrever os recursos sem discriminação, respeitando a privacidade e as preferências dos indivíduos;
3. Reconhecemos que trazemos nossos preconceitos ao local de trabalho e, portanto, nos esforçamos para superar preconceitos pessoais, institucionais e sociais em nosso trabalho;
4. Reconhecemos que a interoperabilidade e a aplicação consistente de padrões ajudam nossos usuários a encontrar e acessar materiais. Contudo, todos os padrões são tendenciosos e, portanto, devem ser abordados de maneira crítica e defenderemos que a catalogação seja mais inclusiva;
5. Apoiamos os esforços para tornar os padrões e ferramentas financeiramente, intelectualmente e tecnologicamente acessíveis a todos os catalogadores e desenvolvidos com pesquisas baseadas em evidências e contribuições das partes interessadas;
6. Assumimos as responsabilidades pelas nossas decisões de catalogação e defendemos a transparência nas nossas práticas e políticas institucionais;
7. Colaboramos amplamente para apoiar a criação, distribuição, manutenção e enriquecimento de metadados em vários ambientes e jurisdições;

the profession, our employers and clients, and the society we serve. We provide and seek to promote pre-job and on-the-job training and staff development opportunities for catalogers in languages, subject expertise, special formats and technical skills, and we work for required, comprehensive cataloging education in library schools.

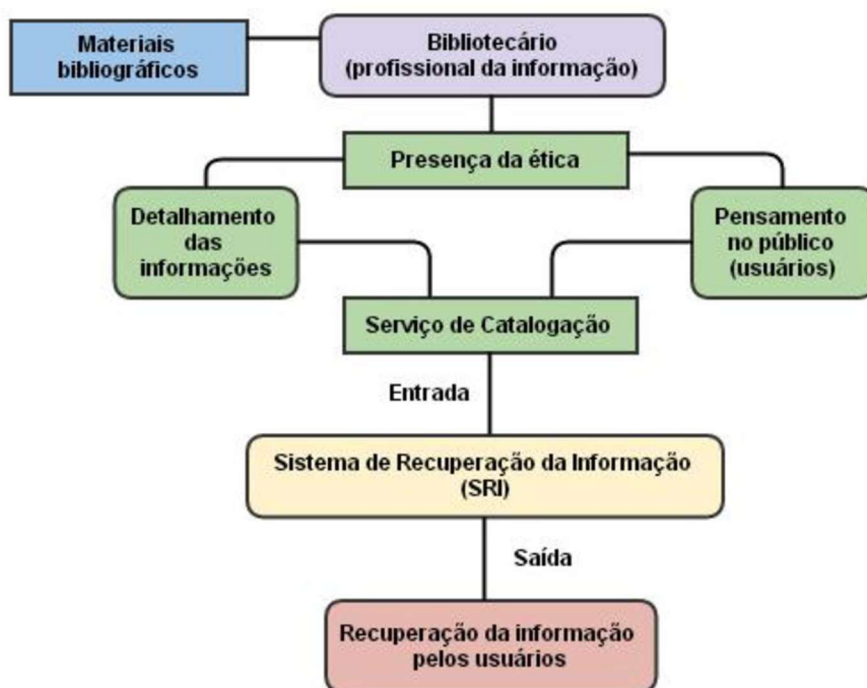
8. Investimos na diversidade, na equidade e na inclusão no local de trabalho. Promovemos educação, formação, remuneração equitativa e um ambiente de trabalho justo para todos aqueles que catalogam, para que possam continuar a apoiar a pesquisa e a descoberta;
9. Defendemos o valor do trabalho de catalogação dentro das nossas organizações e com parceiros externos;
10. Trabalhamos com nossas comunidades de usuários para compreender suas necessidades, a fim de fornecer serviços relevantes e oportunos.⁵ (American Library Association, 2021, p. 3, tradução nossa)

Moreno (2014) a partir de uma revisão bibliográfica, analisa a presença da ética no serviço do catalogador. A catalogação tem por objetivo tratar a informação para que o usuário a recupere em sua totalidade, a partir de um sistema de recuperação da informação como o catálogo. Dessa forma, o foco de todo o serviço deve ser o usuário e seu acesso sem maiores dificuldades e é no tratamento informacional que é requerida uma postura ética do profissional, a partir de “melhores práticas para a organização, tratamento, armazenamento e disseminação da informação, tendo em vista as necessidades e anseios dos usuários, bem como, a missão social da instituição que atua” (Moreno, 2014, p. 56).

A Figura 3 exemplifica o ciclo da catalogação com a presença da ética.

⁵ No original: “1. We catalogue resources in our collections with the end-user in mind to facilitate access and promote discovery. 2. We commit to describing resources without discrimination whilst respecting the privacy and preferences of their associated agents. 3. We acknowledge that we bring our biases to the workplace; therefore, we strive to overcome personal, institutional, and societal prejudices in our work. 4. We recognise that interoperability and consistent application of standards help our users find and access materials. However, all standards are biased; we will approach them critically and advocate to make cataloguing more inclusive. 5. We support efforts to make standards and tools financially, intellectually, and technologically accessible to all cataloguers, and developed with evidence-based research and stakeholder input. 6. We take responsibility for our cataloguing decisions and advocate for transparency in our institutional practices and policies. 7. We collaborate widely to support the creation, distribution, maintenance, and enrichment of metadata in various environments and jurisdictions. 8. We insist on diversity, equity, and inclusion in the workplace. We promote education, training, equitable pay, and a fair work environment for everyone who catalogues so that they can continue to support search and discovery. 9. We advocate for the value of cataloguing work within our organisations and with external partners. 10. We work with our user communities to understand their needs in order to provide relevant and timely services.”

Figura 3 – Presença da ética na catalogação



Fonte: Moreno (2014, p. 56).

Hoffman (2009) reflete que apesar da catalogação ter como premissa o foco no usuário, seus padrões e ferramentas não são elaborados a partir da orientação centrada no usuário - os catalogadores não conhecem esses indivíduos, não sabem identificar suas necessidades e acreditam que seguir padrões é o suficiente para os satisfazer. Para que essa realidade seja modificada, a autora afirma que:

- **os padrões devem incorporar as necessidades dos usuários:** considerando que os catalogadores possuem dificuldades em customizar registros e ainda, sofrem a pressão da produtividade para economia de recursos e tempo, é necessário que os padrões utilizados compreendam os usuários e incorporem suas necessidades;
- **foco no domínio:** deve-se definir o que é usuário para catalogação, a partir da abordagem cognitiva, que identifica as necessidades e os comportamentos de busca do usuário ou, a sociocognitiva, que acredita que se deve focar não no indivíduo, mas no coletivo e o contexto em que essas pessoas estão inseridas;

Segundo Hoffman (2009), dessa forma é possível alavancar a catalogação para uma abordagem mais ética, alterando a forma que a área atualmente lida com seus usuários e ampliando a responsabilidade de os conhecer -, como, também,

conhecer as ferramentas e padrões utilizados por esses profissionais, de modo a possibilitar maiores customizações no registro de acordo com o contexto do usuário.

Sardo (2019) também ressalta a falta de reflexões sobre o fazer da catalogação nos códigos de ética gerais da profissão e sobre a compreensão da catalogação enquanto uma atividade técnica e, portanto, neutra. De acordo com a autora, ainda que sejam seguidos padrões e códigos, é necessário ter consciência das convicções e crenças pessoais de quem realiza a catalogação pois, em alguns casos, a neutralidade é prejudicial, como diante de situações de discriminação ou restrição ao acesso à informação.

No que diz respeito à ética em catalogação, Sardo (2019) diz que dois são os aspectos principais: o acesso (como são nomeadas as coisas) e os dados. Referente ao primeiro, a perspectiva ética está relacionada à abordagem semântica, relativo a aspectos como o uso de palavras-chave e esquemas de classificação adequados, ou a correspondência entre a linguagem controlada e a linguagem natural, definindo qual parte do conteúdo intelectual é relevante para a representação. Nomear algo implica em um julgamento ético, especialmente quando refere-se às questões sensíveis como raça, gênero, etnia, religião, dentre outras e influencia na recuperação da informação, uma vez que se opta por alguns termos em detrimento de outros.

Quanto aos dados, Sardo (2019) argumenta que a questão ética está relacionada ao fato de que é por meio da informação bibliográfica registrada e codificada que os usuários podem acessar os recursos que estão buscando. A má qualidade desses dados influencia diretamente no acesso aos recursos, é necessário que os catalogadores estejam preparados para criar substitutos que atendam às necessidades do maior número possível de usuários.

Considerando a complexidade dos aspectos éticos envolvidos na prática de catalogação, identifica-se o problema desta pesquisa: a necessidade de uma análise da literatura sobre a abordagem ética na catalogação.

3 VALORES ÉTICOS NA LITERATURA DA ÁREA E NOS PRINCÍPIOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO

Conforme descrito na metodologia, pretendeu-se analisar a partir da revisão narrativa artigos que possuem proximidade com o tema da presente pesquisa. Os textos identificados na literatura são apresentados em ordem cronológica de publicação, com vistas, inclusive, a identificar o contexto em que a ética foi abordada ao longo dos anos. Posteriormente, serão delineados os valores éticos identificados na literatura e feito o cotejo com os PIC.

O primeiro artigo analisado foi de Mont (1991), que apresenta como os princípios éticos podem ser incorporados na gestão de bibliotecas, promovendo um ambiente que respeite valores profissionais e morais. A autora afirma que a ética é fundamental para orientar as práticas e decisões de bibliotecários, especialmente em questões sensíveis como censura, acesso à informação, privacidade e equidade no atendimento aos usuários. E propõe um modelo de gestão que integra a ética como parte essencial das operações diárias, visando alinhar os objetivos institucionais com o bem-estar dos usuários e da comunidade. A tomada de decisões deve considerar o impacto nos direitos dos usuários e os dilemas que envolvem o uso de recursos de informação. O modelo sugere que gestores e bibliotecários adotem uma postura ética ao equilibrar as necessidades da instituição com os direitos à privacidade e ao acesso à informação. O artigo destaca ainda, a importância dos códigos de ética como guias para as práticas bibliotecárias.

Vigário (1996), retrata a construção de comissões de ética para os profissionais da informação portugueses, que possuem como objetivo sensibilizar os profissionais sobre a construção de um código de ética da área, movimentar a classe profissional para problemas concretos e de fato, elaborar um projeto de código de ética a ser discutido e votado pela classe. Enfatiza-se que a ética é fundamental no trabalho de informação, influenciando a maneira como os profissionais gerenciam, organizam e disseminam informações. As decisões éticas afetam não apenas a qualidade do serviço, mas também a confiança dos usuários e a integridade da informação. Abordam-se alguns dilemas éticos comuns que os profissionais da informação enfrentam, como o equilíbrio entre confidencialidade e acesso à informação precisa, responsabilidade social do profissional para não promover preconceitos e transparência e imparcialidade no trabalho de informação.

Nesse mesmo período, um outro artigo que destaca a importância da ética é o de Martins (1996), em que se discute a relevância e os desafios da ética no contexto das práticas dos profissionais da informação. Os dilemas éticos também são abordados, como aqueles relacionados com o acesso à informação, a preservação da privacidade dos usuários e o equilíbrio entre transparência e confidencialidade. Nesse sentido, os códigos de ética são essenciais, uma vez que atuam como guia para a conduta ética desses profissionais. A ética profissional não se limita ao cumprimento de regras, mas envolve também a responsabilidade social dos profissionais da informação, a partir da defesa dos direitos humanos e combate às desigualdades. Para tanto, a educação ética deve ser uma parte integral na formação de profissionais da informação, não apenas o estudo das teorias éticas, como também a partir de reflexões críticas sobre situações do cotidiano e preparo para lidar com dilemas éticos da profissão.

Cirne e Ferreira (2002), exploram como as mudanças tecnológicas impactam a ética dos profissionais que lidam com a informação audiovisual, discutindo como o avanço tecnológico transforma a prática desses profissionais introduzindo novos desafios éticos, implicando em um “dever tecnológico”. O conceito de “dever tecnológico” pode ser definido como a constante evolução das tecnologias que moldam as práticas profissionais e as atitudes éticas necessárias para lidar com essas mudanças. As autoras enfatizam que os profissionais da informação audiovisual têm uma responsabilidade ética significativa, já que lidam com conteúdos que podem influenciar a percepção pública e cultural. Essa responsabilidade inclui garantir a integridade, precisão e justiça na gestão e disseminação de informações audiovisuais. O artigo identifica novos desafios éticos emergentes devido às tecnologias digitais, como a manipulação de imagens e vídeos, a disseminação de desinformação e questões de privacidade. Esses desafios exigem que os profissionais estejam constantemente atualizados e desenvolvam novas competências éticas.

No contexto brasileiro, Ferreira (2004) explora a importância da ética na formação da consciência dos profissionais bibliotecários. O artigo tem por objetivo discutir essas perspectivas de modo a promover a socialização desses questionamentos, para que se motive ações educativas na formação dos bibliotecários, um processo que deve ser liderado pelos Conselhos Federal e Regionais de Biblioteconomia. Desse modo, o artigo perpassa os conceitos de ética

- especialmente do eu para com o outro ou para com o grupo, baseada nas noções de cidadania; a ética aplicada no meio profissional e visualizada a partir dos códigos de ética, e de que modo o profissional bibliotecário pode se deparar com questionamentos éticos no desenvolvimento de suas práticas. Segundo o artigo, a “consciência bibliotecária” é uma consciência ética que deve orientar as práticas e decisões dos profissionais da Biblioteconomia. Essa consciência envolve um compromisso com valores éticos fundamentais que moldam o comportamento e as ações dos bibliotecários. Ferreira (2004) argumenta que a ética é um pilar central na prática bibliotecária, destacando que esses profissionais não devem apenas seguir normas técnicas, mas também devem estar atentos às implicações éticas de suas ações, assegurando que suas ações promovam o bem-estar social, a justiça e o acesso equitativo à informação.

O artigo enfatiza a responsabilidade social dos bibliotecários em fornecer acesso à informação de forma justa e inclusiva. Isso inclui a defesa da liberdade intelectual, o combate à censura, e o apoio à diversidade cultural e social na organização e disseminação da informação. Ferreira (2004) discute ainda, os desafios éticos que os bibliotecários enfrentam no contexto contemporâneo, como o avanço das tecnologias da informação e questões de privacidade e confidencialidade. Esses desafios exigem que os profissionais estejam constantemente atualizados e preparados para lidar com dilemas éticos complexos.

Outro artigo no contexto brasileiro é o de Mischiati e Valentim (2005), que apresentaram uma análise sobre a importância da ética no trabalho dos bibliotecários e sua influência nas práticas profissionais. O artigo enfatiza que a ética deve ser um princípio orientador fundamental na profissão do bibliotecário, uma vez que ela afeta todas as esferas da atuação desse profissional, desde o tratamento da informação até a interação com os usuários e colegas. Destaca ainda o papel do bibliotecário como um profissional que contribui para o acesso à informação, educação e cultura e esse papel vem acompanhado de uma responsabilidade ética em garantir que os serviços prestados sejam inclusivos, justos e imparciais (Mischiati; Valentim, 2005).

Rasche (2005) abordou a importância das associações profissionais na promoção de condutas éticas e na definição de normas de deontologia para os profissionais da informação. A grande questão que envolve o trabalho é a seguinte: é possível existir ética profissional sem existir participação dos profissionais nos órgãos representativos da categoria? O questionamento traz uma reflexão a respeito

dos bibliotecários e a relação desses profissionais com as associações profissionais da categoria. A importância da participação em associações profissionais se dá justamente para que, antes dos valores compartilhados pela profissão serem institucionalizados em um código, é necessário que haja discussões a respeito desses princípios, além da promoção do fortalecimento da profissão em vista da sociedade, o que só ocorre quando essa construção acontece em grupo. Segundo a autora, a dimensão ética do profissional inicia quando ele, como indivíduo, se relaciona com o grupo em que está inserido.

Em Shachaf (2005), analisam-se os códigos de ética das associações de bibliotecas ao redor do mundo, destacando suas semelhanças e diferenças em suas abordagens e implicações para a prática bibliotecária. Observa-se que, embora os códigos reflitam particularidades culturais, sociais e políticas de cada contexto, alguns princípios podem ser considerados universais, como a promoção do acesso à informação, a proteção da privacidade dos usuários, a responsabilidade profissional, a neutralidade e o respeito pela diversidade. Esses princípios reforçam compromissos com o acesso livre e igualitário à informação, a importância da confidencialidade das informações pessoais dos usuários e com a justiça e responsabilidade social em servir comunidades marginalizadas promovendo a inclusão.

Aranalde (2005) dedicou-se a investigar as responsabilidades éticas dos bibliotecários no desenvolvimento de seu trabalho, destacando como esse é um elemento importante nos serviços de informação e na interação com os usuários. Com a velocidade dos avanços digitais, a ética torna-se um elemento crucial na atuação do bibliotecário, influenciando todos os serviços que ele desempenha - da gestão de acervos ao atendimento ao usuário. A partir desse cenário ético, deve-se ter em mente a responsabilidade social do bibliotecário, profissional esse que não desempenha sua função apenas para disponibilizar a informação, mas também possui o compromisso ético de proporcionar acesso igualitário ao conhecimento a todas as pessoas, a partir de uma luta constante contra a censura, pela inclusão e garantia de acesso. Nesse artigo, a proposta da neutralidade é defendida, uma vez que as escolhas tomadas pelo bibliotecário, no momento da representação, não devem refletir seus valores pessoais e preconceitos.

O trabalho de Guimarães e Pinho (2007), descreve os aspectos éticos relacionados às atividades de organização e representação do conhecimento. Para

os autores, essas atividades caracterizam-se como sendo o elemento central das tarefas executadas pelo profissional da informação, considerando que elas atuam como ponte entre um conhecimento produzido para um novo conhecimento que será concebido e, portanto, devem estar permeadas por dimensões éticas. Por meio de uma análise de literatura, os pesquisadores discorrem sobre desvios éticos como a má representação, especialmente quando mesmo diante de um termo criado por uma comunidade a partir de seu vocabulário próprio e expresso no material elaborado por ela, o profissional o representa com uma terminologia preconceituosa ou enviesada. Além deste, outros problemas éticos são destacados como má atuação e responsabilidade profissional, precisão terminológica, liberdade intelectual, censura, dentre outros.

No mesmo sentido, Guimarães, Milani e Pinho (2008) analisam como a ética é fundamental na organização e representação do conhecimento. Os autores discutem a importância dos princípios éticos no processo de classificação e indexação, uma vez que essas atividades influenciam diretamente o acesso à informação. Discute-se como os sistemas de representação podem estar permeados por valores sociais, culturais e políticos, frequentemente de maneira implícita, e esse viés, na representação, pode afetar a forma como o conhecimento é acessado e utilizado por diferentes grupos sociais. Por meio de análise de literatura internacional da área, os autores identificam valores éticos como respeito à privacidade, acessibilidade, competência e precisão; e problemas éticos, como vigilância, censura, negligência e direcionamento informacional.

López-Huertas (2008) destaca algumas questões de investigação que demonstram ser tendência de pesquisa na área da Organização do Conhecimento. A autora afirma que, à época, a área carecia de um corpo teórico consistente, coerente e bem articulado, trazendo um panorama conflituoso e falta de comunicação a respeito de diferentes pontos de vista, ou seja, problemas epistemológicos nesse sentido. Para ajudar a lidar com isso, a autora ressalta que uma importante tendência de pesquisa é a eficácia e relevância dos sistemas de classificação e taxonomias tradicionais. Outra tendência de pesquisa necessária é em como garantir que os sistemas de organização do conhecimento sejam inclusivos e representem uma ampla gama de culturas, idiomas e perspectivas. Isso inclui analisar como grupos marginalizados são representados ou sub-representados nesses sistemas e como essas estruturas podem ser modificadas para promover a

equidade. A compreensão das necessidades do usuário e a usabilidade desses sistemas também são questões centrais. Os sistemas de organização do conhecimento podem ser integrados ou interoperar de maneira eficaz, a partir do desenvolvimento de padrões que permitam a comunicação entre sistemas diversos.

Em Souza e Stumpf (2009), analisa-se o tema da ética na produção acadêmica brasileira nas áreas de Ciência da Informação e Biblioteconomia. O artigo apresenta uma análise abrangente da literatura periódica brasileira para identificar como o tema ética tem sido tratado no âmbito da Ciência da Informação. O estudo identifica tendências como ética na catalogação, privacidade e confidencialidade dos usuários, o acesso à informação e a neutralidade na organização do conhecimento. Essas discussões éticas variam desde considerações filosóficas mais amplas até a aplicação prática de códigos de ética e diretrizes profissionais. O artigo aborda ainda desafios e dilemas éticos que são frequentemente abordados na literatura, como o conflito entre a necessidade de acesso aberto à informação e a proteção dos direitos autorais, além de questões envolvendo a preservação da privacidade dos usuários em um ambiente digital. Os autores observaram uma evolução nas discussões éticas ao longo do tempo, com um aumento na complexidade e na variedade dos temas abordados. Isso reflete as mudanças nas práticas profissionais e no impacto das novas tecnologias na Ciência da Informação.

Fonseca e Garcia (2009) discutem a importância da ética e da responsabilidade social no trabalho dos profissionais da informação, como bibliotecários, arquivistas e gestores de dados. Essa responsabilidade social vai além da responsabilidade ética individual, uma vez que atuam diretamente na construção de uma sociedade informada, desempenhando um papel importante na democratização do conhecimento e contribuindo para o desenvolvimento social e cultural. Esses especialistas devem adotar princípios éticos claros em suas atividades, como garantir a precisão, integridade e transparência da informação. Isso envolve não só a organização e o gerenciamento de informações, mas também a responsabilidade de disseminar informações verdadeiras e relevantes.

Também analisando a ética como uma tendência de pesquisa, Stumpf (2010) explora as discussões ocorridas até então sobre ética no contexto da Ciência da Informação brasileira, argumentando que, à medida que a CI lida diretamente com a gestão, organização e disseminação da informação, as questões éticas tornam-se centrais para garantir práticas responsáveis e justas. A partir de uma revisão

bibliográfica, a autora amplia o foco para considerar não apenas os aspectos técnicos, mas também as implicações sociais, culturais e políticas das práticas informacionais. Stumpf (2010) identifica que importantes dilemas éticos são debatidos, como a privacidade de dados, manipulação da informação e a desinformação. Esses desafios exigem novas abordagens éticas para lidar com questões que não eram tão proeminentes em períodos anteriores. Também é dada ênfase na responsabilidade social dos bibliotecários em promover práticas inclusivas que considerem a diversidade de usuários e a necessidade de uma educação ética na formação desses profissionais.

Em relação à recuperação da informação em bases de dados, Saracevic (2010) analisa as implicações éticas a respeito desse processo. O autor identifica diversos problemas éticos que surgem no uso de base de dados, como a manipulação de resultados, a falta de transparência nos algoritmos e a desigualdade no acesso à informação. O autor destaca a necessidade de tratar essas questões com seriedade, dado o impacto social das buscas de informação. O artigo enfatiza que os profissionais da informação têm a responsabilidade de usar ferramentas de busca de maneira ética.

Os códigos de ética dos profissionais da informação geralmente possuem princípios mais generalistas a respeito da profissão, as especificidades do processo de busca e recuperação informacional não são abordadas por esses documentos e por isso, os profissionais são guiados por instruções informais, que não são registradas de maneira oficial. No momento da busca, além de estar ciente para não causar nenhum dano, o profissional deve questionar ainda: quais são os aspectos éticos associados à minha pesquisa? O que é esperado de mim como um profissional da informação e a respeito do meu comportamento ético? Discute-se ainda como os algoritmos que alimentam essas bases de dados podem introduzir vieses que afetam a visibilidade e acessibilidade de certas informações e essa falta de transparência dos algoritmos representa um desafio ético, pois os usuários geralmente desconhecem como os resultados são priorizados. O artigo aborda ainda, a desigualdade no acesso à bases de dados ou informações limitadas a certos públicos, o que acarreta uma barreira para equidade no acesso à informação (Saracevic, 2010).

Silva (2010) discute como a identidade profissional dos bibliotecários está fortemente relacionada a seu papel de mediador de informação. A formação dessa

identidade está diretamente vinculada ao compromisso ético que orienta a prática biblioteconômica. O Código de Ética é analisado como um documento que define os princípios éticos que devem nortear a atuação dos bibliotecários e o autor examina os valores e responsabilidades presentes no código, enfatizando sua importância na construção e consolidação da identidade profissional.

Guedes, Baptista e Borges (2011) exploram a importância da competência ética como um aspecto crucial da qualidade no trabalho dos bibliotecários. Competência ética é definida pelos autores como a capacidade dos bibliotecários de aplicar princípios éticos em suas práticas profissionais. Isso inclui a tomada de decisões eticamente baseadas, o respeito aos valores éticos e a consideração das implicações morais no ambiente de trabalho. A competência ética dos bibliotecários é vista como tendo um impacto direto na sociedade, especialmente na promoção de uma cidadania informada e no fortalecimento da democracia. Bibliotecários éticos contribuem para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, ao garantir que todos tenham acesso a informações de qualidade. Para os autores, a competência ética deve ser desenvolvida por meio de programas de formação, debates éticos e reflexões críticas sobre as práticas diárias.

No que diz respeito à representação do conhecimento, Milani e Guimarães (2011) exploram os desafios éticos na representação do conhecimento, especialmente em como as escolhas feitas na organização e categorização da informação podem impactar o acesso e a interpretação da informação. A representação do conhecimento - que inclui a categorização, classificação e indexação de recursos informacionais - é um processo carregado de escolhas éticas. Essas escolhas determinam como o conhecimento é estruturado e acessado, influenciando a forma como os usuários interpretam a informação. As decisões sobre quais termos usar, quais categorias criar e como organizar a informação têm implicações éticas significativas; os autores discutem como essas escolhas podem refletir preconceitos, perpetuar estereótipos ou excluir certas perspectivas e grupos, afetando a diversidade e a inclusão no acesso ao conhecimento.

Ademais, os autores destacam alguns desafios éticos, como a tensão entre a necessidade de padronização e a necessidade de respeito às diferenças culturais e contextuais. Essas tensões podem levar às decisões que beneficiam uns grupos em detrimento de outros. O artigo questiona a ideia de neutralidade na representação do conhecimento, argumentando que toda forma de organização da informação é,

de alguma maneira, influenciada por valores e perspectivas particulares. Os autores sugerem que reconhecer essa subjetividade é crucial para lidar de forma ética com a representação do conhecimento. Os profissionais envolvidos na representação do conhecimento, como bibliotecários, arquivistas e cientistas da informação, têm a responsabilidade de considerar as implicações éticas de suas escolhas. Isso inclui um compromisso com a justiça, equidade e inclusão na organização do conhecimento. O artigo enfatiza a importância de uma abordagem inclusiva na representação do conhecimento, o que implica em considerar a diversidade dos usuários e suas diferentes necessidades, garantindo que todas as vozes sejam representadas de maneira justa e que o acesso à informação não seja limitado por vieses na categorização (Milani; Guimarães, 2011).

Em relação aos trabalhos acadêmicos analisados, Iakovakis (2011) explora os códigos de ética nas profissões que oferecem ajuda a indivíduos, como medicina, psicologia, serviço social e biblioteconomia. A tese examina como essas diferentes profissões interpretam noções morais fundamentais, como autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e veracidade. Cada uma dessas profissões aplica esses princípios de maneiras que refletem suas responsabilidades específicas e contextos profissionais. Os códigos de ética dessas profissões definem, de diferentes formas, as responsabilidades profissionais, que incluem a obrigação de proteger o bem-estar das pessoas, manter a confidencialidade e agir no melhor interesse dos indivíduos e da sociedade. Identificam-se ainda, tanto diferenças quanto semelhanças na forma como essas profissões abordam questões éticas, embora existam princípios éticos comuns, as interpretações e as aplicações desses princípios podem variar, influenciadas pelas particularidades de cada profissão, além da natureza dos relacionamentos com os usuários e do tipo de serviço prestado.

Cabrera (2012) aborda como o discurso do politicamente correto influencia a representação da informação, especialmente em contextos relacionados à homossexualidade. A tese argumenta que, ainda que o discurso politicamente correto possa aumentar a visibilidade positiva de identidades e experiências LGBTQA+, também pode levar à invisibilidade de narrativas que não se alinham com as normas socialmente aceitas. A autora discute os desafios éticos e técnicos envolvidos na catalogação e classificação de materiais relacionados à homossexualidade, sugerindo que o politicamente correto pode influenciar a escolha de termos e categorias, o que afeta como a informação é acessada e interpretada

pelos usuários. A tese investiga ainda, como essas decisões motivadas pelo politicamente correto impactam a acessibilidade da informação sobre homossexualidade, considerando se essas práticas realmente facilitam o acesso a uma representação diversificada e precisa da comunidade LGBTQA+ ou se em alguns casos, limitam a disponibilidade de informações completas e variadas.

Em Fox e Reece (2012), os autores examinam as diferentes abordagens e padrões éticos aplicados à organização do conhecimento, questionando a universalidade e a adequação dessas normas em contextos variados. Os autores exploram como os valores éticos e morais não são universais, mas sim moldados por contextos culturais específicos, e questionam quais normas morais e éticas devem guiar a prática da organização da informação, especialmente quando sistemas de catalogação e classificação são usados em ambientes multiculturais. Os autores destacam ainda como as crenças morais e valores pessoais dos profissionais podem influenciar a organização da informação. Essas influências podem manifestar-se na escolha dos termos, na categorização de temas sensíveis e na forma como as informações são apresentadas, o que pode perpetuar preconceitos ou exclusões. Deve-se ainda considerar os conflitos entre a aplicação de padrões éticos globais e a necessidade de adaptá-los a realidades locais.

O artigo de Ridi (2013) trabalha com a perspectiva de como os valores éticos devem guiar as práticas de organização do conhecimento, destacando princípios como justiça, inclusão e responsabilidade. O artigo defende que as atividades que envolvem esses processos não são neutras, mas sim uma prática que deve ser guiada por valores éticos sólidos. Os sistemas de organização do conhecimento têm um impacto significativo na forma como a informação é acessada e interpretada e, portanto, devem refletir princípios éticos que promovam o bem comum. Um dos valores centrais discutidos por Ridi (2013) é a justiça, que envolve a garantia de que todos os grupos e perspectivas sejam representados de forma justa nos sistemas de organização do conhecimento, há a necessidade do combate à marginalização e a exclusão de vozes minoritárias ou sub-representadas. Com um maior nível de detalhe, Ridi (2013) explicita treze valores que devem ser respeitados e perseguidos pelos profissionais da informação no desenvolvimento de sua prática profissional:

- **Acessibilidade:** deve-se eliminar qualquer barreira que possa impedir o acesso à informação, sejam elas geográficas, técnicas ou temporais;
- **Competência:** ao buscar comunicar algo, deve-se ter ao menos

alguma competência no assunto, em especial quando se considera o conteúdo de livros;

- **Imparcialidade:** os indexadores devem ser capazes de produzir produtos -- não apenas técnicos, mas também éticos, tendo em mente de que eles são uma terceira pessoa que deve estar imparcial durante esse processo;
- **Coerência:** deve-se realizar a representação do modo mais racional, útil e consistente possível com o critério organizacional;
- **Completeness:** um índice deve considerar toda informação a respeito do campo, a granularidade da indexação deve ser compreendida como a extensão que um índice é capaz de cobrir dos documentos descritos;
- **Utilidade:** para decidir a melhor forma de organizar a informação, deve-se prevalecer o interesse dos usuários do sistema;
- **Contextualização:** a contextualização permite que a informação se torne compreensível, passível de ser medida e usável;
- **Historicização:** esse é um tipo de contextualização importante de se considerar e refere-se à passagem do tempo, em especial considerando o contexto tecnológico e as alterações que esse movimento traz;
- **Sustentabilidade:** os serviços de informação devem ser capazes de se manter ao longo do tempo, sempre mantendo seus níveis de quantidade e qualidade;
- **Economia cognitiva:** não se deve requerer que os usuários dos sistemas de informação realizem esforços cognitivos para além do necessário, com opções redundantes ou inaplicáveis;
- **Liberdade:** deve-se considerar a liberdade do usuário em buscar a informação que necessita, essa é a síntese entre os valores de completeness e contextualização;
- **Interoperabilidade:** habilidade de intercambiar e efetivamente reutilizar dados entre diferentes sistemas e organizações;
- **Hipertexto:** por fim, tem-se como valor a habilidade de ler um documento não apenas de maneira linear, mas considerando os diferentes padrões utilizados pelo usuário.

Mai (2013) reflete sobre as questões éticas, os valores e as considerações morais que influenciam as classificações bibliográficas modernas. Para o autor, esses processos não são neutros, mas carregados de escolhas éticas e valores que

refletem as prioridades e preconceitos de quem as desenvolve. Essas classificações moldam como o conhecimento é organizado e acessado, impactando a visibilidade de diferentes temas e grupos sociais. Mai discute como os valores culturais predominantes influenciam as classificações bibliográficas. Muitas vezes, essas classificações refletem uma perspectiva ocidental e eurocêntrica, o que pode levar à marginalização de conhecimentos e perspectivas de outras culturas. O artigo examina casos em que temas relacionados a grupos minoritários, como questões raciais, de gênero ou de orientação sexual, foram inadequadamente representados ou invisibilizados nos sistemas de classificação. É necessário revisar criticamente as classificações bibliográficas existentes para identificar e corrigir possíveis vieses.

Martínez-Ávila e Guimarães (2013) examinam em seu estudo como os sistemas de classificação em bibliotecas devem ser analisados de maneira crítica, a partir de uma perspectiva universalista, pós-estruturalista e ética. Os autores argumentam que sistemas como a Classificação Decimal de Dewey são apresentados como universais, mas, no entanto, demonstram na prática refletirem perspectivas específicas e predominantemente eurocêntrica, ignorando a diversidade cultural e epistemológica. Nesse sentido, o artigo explora a influência do pós-estruturalismo nas críticas às classificações bibliográficas. Desse ponto de vista, os sistemas de classificação são vistos como construções sociais que impõem ordem e significado, mas que também podem reforçar hierarquias de poder e marginalizar perspectivas alternativas. O artigo sugere que uma abordagem ética na classificação deve buscar incluir múltiplas perspectivas e ser sensível às diferenças culturais.

Freire e Silva (2013) propõem um modelo teórico que relaciona as virtudes éticas com a prática arquivística, representado por uma mandala. Essa representação simbólica é utilizada para ilustrar a interconexão e o equilíbrio entre essas virtudes no contexto profissional e as virtudes consideradas essenciais para os arquivistas são justiça, responsabilidade, integridade, prudência e respeito. Cada uma dessas virtudes desempenha um papel crucial na orientação das decisões e ações dos profissionais da área. O artigo discute como as virtudes identificadas na mandala podem ser aplicadas na prática arquivística. Por exemplo, a justiça pode se manifestar na equidade no acesso à informação, enquanto a responsabilidade envolve a gestão cuidadosa e ética dos acervos documentais. Os arquivistas devem manter o equilíbrio proposto pela mandala, garantindo que suas práticas sejam eticamente sólidas e socialmente responsáveis. A mandala pode ainda ser utilizada

como ferramenta pedagógica para ensinar e reforçar as virtudes éticas na prática arquivística.

Rego *et al.* (2014) investigam como os princípios éticos orientam a prática arquivística, analisando os códigos de ética das seguintes associações profissionais arquivísticas: Associação de Arquivistas Brasileiros (AAB), Conselho Internacional de Arquivos (CIA) e Sociedade de Arquivistas Americanos (SAA). A organização do conhecimento é abordada com foco em suas implicações éticas, especialmente no que se refere à responsabilidade profissional, transparência, acesso à informação e preservação da memória. O arquivista tem a responsabilidade de garantir a integridade dos registros, assegurar sua preservação a longo prazo e respeitar a autenticidade dos documentos. A manipulação inadequada dos documentos pode distorcer a memória coletiva e histórica. A questão do acesso equitativo à informação também é central nos códigos de ética, os arquivistas devem garantir que os usuários tenham acesso à informação, ao mesmo tempo que protegem dados confidenciais e sensíveis, equilibrando transparência e privacidade. O artigo debate ainda, a ideia de neutralidade arquivística, mostrando que embora os arquivistas devam se esforçar para serem imparciais, na prática, muitas vezes, as escolhas têm impactos sociais e culturais significativos.

Moreno (2014), que já foi mencionado no referencial teórico, também merece destaque na revisão narrativa. O artigo examina a importância da ética no processo de catalogação em bibliotecas, discutindo os principais dilemas éticos que os catalogadores enfrentam e a relevância dessas questões para a prática biblioteconômica. Para o autor, a ética é fundamental no serviço de catalogação, pois as decisões tomadas pelos catalogadores afetam a organização e o acesso à informação. O artigo ressalta alguns dos dilemas éticos enfrentados tais como, a escolha de terminologias e classificações que podem refletir ou perpetuar preconceitos, a inclusão ou exclusão de materiais controversos e o respeito à diversidade cultural e social dos usuários. Moreno (2014) enfatiza a responsabilidade dos catalogadores em garantir que suas práticas sejam justas, inclusivas e transparentes.

Em Smiraglia (2015) discute o papel crescente da ética no campo da organização do conhecimento com base em discussões ocorridas em duas importantes conferências da área. O autor destaca que há uma mudança de foco, em que além de questões técnicas, há uma preocupação maior com a

responsabilidade social e moral na representação do conhecimento. Smiraglia revisa duas conferências internacionais que discutiram a intersecção entre ética e organização do conhecimento: ISKO UK Conference, realizada em Londres, que abordou temas como inclusão, equidade na representação do conhecimento, a necessidade de corrigir vieses em sistemas de classificação; e a ISKO Conference, em que se focou mais na responsabilidade ética dos profissionais em suas decisões de categorização e representação.

Guimarães, Milani e Evangelista (2015) fazem uma reflexão ética sobre os valores e problemas éticos identificados nas atividades de organização e representação do conhecimento. A partir de uma análise da literatura da área, os autores identificaram valores, tais como, garantia cultural, privacidade, precisão, direitos autorais e diversidade informacional. Em relação aos problemas, os autores destacaram como principais a má representação/incompletude, falta de garantia cultural, negligência, vigilância e direcionamento informacional.

Silva, Guimarães e Tognoli (2015) exploram os valores éticos que orientam a prática de maneira mais específica, a respeito das atividades de classificação e descrição em arquivos, examinando essas atividades a partir dos códigos de ética profissional no âmbito arquivístico. De acordo com os autores, um valor central destacado nos códigos de ética é a imparcialidade. Os arquivistas devem evitar o viés, assegurando que o arranjo e a descrição dos arquivos sejam justos e equilibrados, representando diversas vozes e perspectivas de forma objetiva. A transparência no processo de descrição arquivística é outro valor fundamental, uma vez que arquivistas são incentivados a fornecer descrições claras e detalhadas sobre o conteúdo dos arquivos e as decisões tomadas durante o processo de organização. A ética também envolve garantir que os arquivos sejam acessíveis a todos, promovendo a inclusão de comunidades marginalizadas ou sub-representadas. A descrição e classificação devem facilitar o acesso justo à informação. Os códigos de ética enfatizam o respeito pelos direitos de privacidade e propriedade intelectual, especialmente em relação a indivíduos ou grupos representados nos arquivos, e a descrição arquivística deve equilibrar a necessidade de acesso público com a proteção da privacidade (Silva; Guimarães; Tognoli, 2015).

Silva, Tognoli e Guimarães (2017) discutiram os valores éticos envolvidos nos processos de organização e representação do conhecimento arquivístico de modo geral. Dentre os valores evidenciados pelos autores, destacam-se o acesso à

informação, o respeito à proveniência e à ordem original (a partir da delimitação dos fundos documentais e das atividades de classificação e descrição), preservação e conservação dos documentos, preservação do valor arquivístico do documento (de seus valores probatórios e informativos), confidencialidade, imparcialidade ou neutralidade, autenticidade e segurança da informação (proteção da documentação contra ataques ou uso por pessoas não-autorizadas).

Em Shoemaker (2015), destaca-se a necessidade da criação de um código de ética específico para catalogadores, uma vez que as decisões tomadas no processo de catalogação possuem implicações éticas significativas. Um código de ética em catalogação não definirá qual é a solução correta, mas fornecerá diretrizes discutidas entre especialistas, orientando sobre as decisões mais responsivas diante dos desafios. Para a autora, o processo de catalogação é complexo e não meramente um processo técnico, as escolhas tomadas no desenvolver dessa atividade implicam no acesso à informação, uso dos documentos e representação de diferentes culturas e pontos de vista. Shoemaker (2015) afirma que a catalogação impacta a forma como os usuários acessam e percebem a informação, decisões a respeito da seleção de classificação, descrição e indexação influencia a visibilidade de ideias, pessoas ou comunidades, muitas vezes perpetuando preconceitos e exclusão de grupos marginalizados.

Arboit e Guimarães (2015) exploram a ética na organização do conhecimento, a partir da perspectiva das ideias do filósofo Mikhail Bakhtin, em especial sua teoria a respeito do dialogismo. A proposta do dialogismo bakhtiniano afirma que toda comunicação é um diálogo entre múltiplas vozes e perspectivas. Do ponto de vista da Organização do Conhecimento, esse dialogismo parte da ideia de que a representação da informação precisa refletir essa multiplicidade de vozes e pontos de vista. Segundo essa perspectiva bakhtiniana, a Organização do Conhecimento deve carregar uma responsabilidade ética: os profissionais envolvidos nos processos de representação têm que estar cientes do impacto de suas decisões no cerceamento de vozes ou na potencialização destas. Para os autores, os sistemas de organização do conhecimento necessitam ser polifônicos, ou seja, devem permitir que diferentes vozes e interpretações coexistam, promovendo uma representação inclusiva e justa. Além das perspectivas bakhtinianas, as ideias do filósofo também são utilizadas para analisar as relações de poder que influenciam os processos de organização do conhecimento. As estruturas envolvidas nesses processos podem

reforçar hierarquias e censurar grupos marginalizados, com isso, é necessário um comprometimento ético para enfrentar esse movimento.

Por fim, o artigo destaca que a Organização do Conhecimento deve estar fundamentada em uma ética de alteridade, que valoriza o “outro” e busca respeitar as diferenças de maneira justa, especialmente nas classificações e categorias utilizadas na representação da informação. Além disso, deve promover a consciência de um diálogo contínuo, em um processo contínuo e de constante evolução, no qual as representações sejam constantemente revistas e, quando necessário, ajustadas para melhor representar novas vozes e perspectivas (Arboit; Guimarães, 2015).

Em Medeiros (2015), é abordada a importância de garantir a representação ética adequada na organização de informações e dados dentro de sistemas de gerenciamento de informação. A pesquisa destaca a necessidade de considerar princípios éticos na gestão de informações, especialmente no que se refere à maneira como os dados são armazenados, organizados e acessados. Para o autor, é necessário que se conheça a informação em sua essência, não apenas visando sua posterior recuperação, mas todos os aspectos anteriores a esse processo, como o desenvolvimento de políticas e materiais institucionais. O autor menciona o aspecto de “garantia de representação”, ou seja, a necessidade de assegurar que as informações e dados sejam representados de maneira precisa e justa.

Freire, Silva e Nascimento (2015) trazem um relato de experiência a partir de uma pesquisa-ação realizada com os discentes da disciplina “Ética da Informação” do curso de Biblioteconomia da Universidade Federal da Paraíba. Analisando as virtudes propostas pelo filósofo Comte-Sponville, foi questionado aos estudantes quais dessas virtudes seriam necessárias ao trabalho dos bibliotecários? Essas virtudes são dispostas a partir da figura de uma mandala, que é representada por um círculo que sempre retorna ao centro. As virtudes selecionadas pelos estudantes foram: coragem, para enfrentar aqueles que buscam destruir as bibliotecas; justiça, para compreender as necessidades dos usuários; tolerância, para com aqueles que necessitam de informação, mas ainda não conseguem expressar suas necessidades; humildade, para atuar em rede e compartilhar informações; humor, para alegrar-se na prática da profissão; e por fim, amor, uma virtude necessária a todos os seres humanos.

Guimarães, Pinho e Milani (2016) abordam as ideias de importantes teóricos nas discussões acerca da ética na organização do conhecimento, em especial os

conceitos de Epistemografia Interativa de García-Gutiérrez; os Tesouros Multilíngues de Michéle Hudón; a garantia cultural de Clare Beghtol; e o poder de nomear, proposto por Hope Olson. Os autores demonstram como essas diferentes ideias se complementam e contrastam, construindo um diálogo teórico sobre esses aspectos. Essa abordagem ajuda a aprofundar as ideias a respeito das questões éticas na organização do conhecimento, promovendo uma visão complexa da área. Para os autores, os catálogos de uma biblioteca não são neutros, e por eles serem socialmente construídos, valores são inculcados e selecionados para representar os usuários e essa combinação de valores define os que são dominantes em uma sociedade.

De modo geral, as ideias apresentadas pelos autores podem ser resumidas da seguinte forma:

Observa-se a epistemografia interativa como um novo paradigma, um referencial teórico e conceitual transdisciplinar que auxilia na análise em relação às representações no contexto de um pluralismo de culturas e discursos, que encontra terreno fértil quando vinculado à construção de tesouros; para que um compromisso seja formado com a construção de ferramentas lógico-semânticas que acompanham a atualização de conhecimento, considerando os conteúdos, línguas, culturas e sociedades, bem como ideologias, assumindo uma lógica modal cuja organização é feita do local para o global. Neste contexto de pluralismo de culturas e discursos, o foco da representação dos assuntos recairia sobre os usuários, uma objetividade desejada e as linguagens utilizadas para atingir esses objetivos e traria aos bibliotecários, pelo menos parcialmente, a responsabilidade por problemas sistêmicos que possam ocorrer em bibliotecas ou sistemas de informação (Guimarães; Pinho; Milani, 2016, p. 345, tradução nossa)⁶.

Morán (2017) propõe uma reflexão a respeito da dimensão ética dos bibliotecários, no contexto da criação de um novo código de ética para os profissionais do México. O autor aborda o conceito de ética da informação, uma das vertentes que está em constante crescimento e que tem sua aplicação moral em áreas voláteis como a informação e a comunicação. Para Morán, a proposta do artigo

⁶ No original: “*It is observed that interactive epistemography as a new paradigm, a theoretical and conceptual transdisciplinary framework that assists in the analysis in relation to the representations in the context of a pluralism of cultures and discourses, finds fertile ground when linked to the construction of multilingual thesauri; for a commitment is formed with the construction of logical-semantic tools that follow the updating of knowledge, considering the contents, languages, cultures and societies as well as ideologies, assuming a modal logic whose organization is made from local to global. In this context of pluralism of cultures and discourses, the focus of subject representation would fall on users, a desired objectivity and the languages used to achieve these goals and would bring to the librarians, at least partially, the responsibility for systemic problems that may occur in libraries or information systems.*”

não seria apenas para analisar os códigos de ética profissionais, mas também para identificar quais são os valores e princípios que sustentam a profissão do bibliotecário, qual é sua missão, visão e autocompreensão enquanto um agente racional e que se depara com situações práticas. É a Deontologia que se preocupa com as questões éticas profissionais, a partir de prescrições e normas que trazem dinamicidade para decisões de ordem prática. O autor apresenta uma reflexão a respeito do Código de Ética para Bibliotecários e outros Profissionais da Informação, elaborado pela IFLA possui forte influência kantiana, principalmente por meio dos seguintes preceitos: “tratar as pessoas como um meio, não como um fim”, “respeitar as pessoas como agentes autônomos” e “a possibilidade de eleger livremente o melhor meio de convivência social”. Já o Código de Ética Profissional del Colegio Nacional de Bibliotecarios é um documento elaborado a partir de uma declaração de princípios. Possui missão, responsabilidade e obrigação, resultando em nove normas gerais para os profissionais bibliotecários.

Arboit (2018) investiga como a organização e classificação da informação são influenciadas por ideologias e construções sociais. A autora discute a subjetividade inerente ao trabalho dos profissionais da informação que ao escolherem termos e categorias, refletem visões de mundo que podem reforçar ou questionar estruturas de poder. A representação do conhecimento, portanto, não é neutra; é um processo carregado de valores, impactando o acesso à informação e a inclusão de diferentes perspectivas sociais.

Souza (2018) analisa um momento muito específico da história bibliográfica: o período de censura a livros que abordam questões de gênero no Brasil contemporâneo, evidenciando quais foram os argumentos utilizados e quais foram as implicações culturais e sociais dessas ações. O artigo ressalta as tentativas de proibir o acesso e circulação de obras bibliográficas que trabalham com temáticas de gênero e sexualidade. A partir de análise bibliográfica, foi possível identificar que essas obras foram alvo de censura sob o argumento de proteção da moral e dos bons costumes, justificando essas ações por preocupações com a “proteção” das crianças e jovens contra conteúdos considerados inadequados. Os grupos conservadores e setores do governo utilizam o discurso da moralidade para promover uma agenda que busca silenciar discussões sobre diversidade de gênero e orientação sexual, restringindo acesso a essas obras (Souza, 2018).

Sardo (2019) discute sobre a responsabilidade ética dos catalogadores, uma

vez que suas decisões afetam diretamente como a informação é organizada, acessada e interpretada pelos usuários. A forma como os itens são descritos e classificados pode influenciar a visibilidade e a representação de diferentes grupos e ideias. A autora argumenta que, embora a neutralidade seja um ideal, as escolhas feitas na catalogação, muitas vezes, refletem preconceitos culturais e sociais, o que pode perpetuar exclusões e desigualdades. Defende, também, a necessidade de uma formação contínua em ética para os catalogadores, devendo essa ser parte integrante da formação profissional.

Pinho e Milani (2020) também abordam as questões de gênero, mas no contexto da organização e representação do conhecimento, especialmente a respeito das questões éticas na categorização de termos relacionados à sexualidade, que são por natureza complexos, fluidos e politicamente carregados, não cabendo nas “caixinhas” estabelecidas nas classificações tradicionais. Questiona-se como representá-los de maneira justa e precisa. O conceito de “termos fronteiricos” é central no artigo, referindo-se a palavras ou expressões que atravessam ou desafiam as categorias estabelecidas de gênero e sexualidade, são termos difíceis de se representar, o que pode ocasionar à sua marginalização ou invisibilidade. Para os autores, os profissionais da informação possuem uma responsabilidade ética para lidar com esses termos fronteiricos, sendo conscientes do poder que possuem ao permitirem o acesso ao conhecimento e da necessidade de refletirem sobre a diversidade das identidades de gênero e orientações sexuais nas práticas de categorização (Pinho; Milani, 2020).

A representação terminológica de grupos marginalizados também é um problema de pesquisa para Santos *et al.* (2020), que analisam como a população negra é representada em tesouros. Os termos relacionados à cultura, história e identidades da população negra muitas vezes são insuficientemente representados ou ausentes, o que dificulta a recuperação de informações relevantes sobre esses temas e perpetua preconceitos e estereótipos raciais. Os autores entendem que é essencial que os tesouros incluam uma representação terminológica mais detalhada e precisa sobre a população negra, a partir de termos que reflitam a diversidade cultural, social e histórica dessa comunidade, contribuindo para uma representação mais justa e inclusiva no campo da organização do conhecimento (Santos *et al.*, 2020).

Em uma outra vertente, Evangelista *et al.* (2020) exploram o conceito de

acesso à informação como um valor ético fundamental na organização do conhecimento, particularmente no contexto brasileiro. Segundo os autores, o acesso à informação pode ser considerado um supervalor ético na representação do conhecimento, ou seja, é aquele que as práticas de representação devem ter como valor mais importante. O conceito de acesso à informação como princípio ético central é essencial para garantir a equidade, a justiça social e o exercício da cidadania. Essa perspectiva é reforçada quando considerado o âmbito legislativo, em especial o artigo 5º da Constituição Federal e a Lei de Acesso à Informação. Os autores perceberam que os artigos que tratam sobre a temática “ética em acesso à informação” discutem questões como era digital, propriedade intelectual e direitos autorais, ciência e dados abertos, acesso às informações governamentais e aspectos voltados à prática profissional de arquivistas e bibliotecários. Alguns aspectos morais também são evidenciados pelo artigo, como papel transformador e questionador do acesso à informação, transparência governamental, direitos fundamentais, democracia e acesso equânime, combate às *fake news*, privacidade e desenvolvimento tecnológico (Evangelista *et al.*, 2020).

No âmbito da Arquivística, Gomes *et al.* (2020) sublinham a importância da ética como um pilar fundamental na prática arquivística, destacando que as decisões tomadas pelos arquivistas afetam diretamente a preservação da memória, o acesso à informação e a proteção dos direitos dos indivíduos e da sociedade. Alguns dilemas éticos podem surgir no processo de gestão de documentos, como a seleção e o descarte, a proteção da confidencialidade e o acesso a documentos sensíveis. Esses dilemas exigem uma abordagem cuidadosa e baseada em princípios éticos sólidos. Os arquivistas possuem a responsabilidade social de garantir que os arquivos sejam geridos de forma a preservar a integridade dos documentos, respeitar os direitos humanos e promover a transparência nas instituições, além do compromisso com a preservação da memória coletiva e a promoção do acesso à informação como um direito fundamental. A confidencialidade é identificada pelos autores como um aspecto crítico na prática arquivística e, como o direito à privacidade, pode ser equilibrada com o dever de proporcionar o acesso à informação, em especial de documentos sensíveis.

Hott e Oliveira (2021) também discutem os desafios éticos que envolvem o tratamento temático da informação, como a categorização e a indexação de conteúdos, e como esses processos impactam a acessibilidade à informação. O

processo de tratamento da informação é crucial para a organização do conhecimento, mas também carrega implicações éticas significativas, que podem refletir ou reforçar preconceitos, discriminações e exclusões, e a escolha de termos, classificações e categorias influenciam o acesso à informação.

Também no âmbito da catalogação, Martin (2021) destaca a responsabilidade dos catalogadores e o impacto de suas decisões sobre a representação da informação. Os catalogadores têm uma responsabilidade ética significativa, pois suas decisões afetam como os registros são organizados, acessados e interpretados e possuem especificidades no desenvolver de suas atividades, que não são comuns ao restante da profissão. Esse grupo de profissionais necessita de um compromisso ético mais direcionado, que pode ser compreendido como “catalogação ética” - um conjunto de princípios e valores que auxilia a tomada de decisão por esses profissionais.

Para a autora, alguns desses valores estão disponíveis nos PIC, como por exemplo,: servir aos interesses dos usuários, que deve ser o principal objetivo da catalogação; deixar os materiais acessíveis para que todos os usuários possam acessar a informação; produzir registros precisos, para que seja mais fácil a recuperação da informação e neutralidade, sem tendenciosidades ou vieses que possam refletir as opiniões pessoais do catalogador - embora esse seja um valor comumente criticado na literatura da área. Outro valor que não está descrito, mas implícito aos princípios, é a redução de danos ou a produção do menor dano possível no momento da descrição. A catalogação não é um processo neutro, ela envolve escolhas que podem refletir e perpetuar relações de poder, marginalizando certas vozes ou perspectivas, privilegiando outras, e isso pode reforçar estruturas de poder existentes (Martin, 2021).

Em Yon e Willey (2021), os princípios explicitados no Código de Ética em Catalogação são analisados, de modo a identificar se eles podem ser aplicados na análise retrospectiva do projeto para adicionar uma Lista de Termos Demográficos ao catálogo de autoridade *da Library of Congress*. Esse projeto foi revisado tendo em mente os dez princípios declarados no Código, que ainda não havia sido elaborado no momento do desenvolvimento do projeto. Para os autores, essa análise retrospectiva é necessária para identificar potenciais áreas que necessitam de melhorias -. De maneira breve, os autores descrevem os objetivos do projeto, que visava testar a ideia de que indivíduos destacados no verbete da Wikipedia “Lista de

escritores afro-americanos” poderiam ser descritos como “afro-americanos” de acordo com a Lista de Termos Demográficos da Library of Congress. O artigo também explorou maneiras possíveis de adicionar termos demográficos para autores afro-americanos de maneira ética, com precisão e eficiência aos registros bibliográficos e de autoridade (Yon; Willey, 2021).

Chan *et al.* (2022) examinam a evolução do Código de Ética em Catalogação e explora suas perspectivas futuras. Para os autores, a construção desse código de ética partiu de uma comunidade de prática que desafia o status quo da catalogação tradicional e proporciona à comunidade de catalogadores uma discussão a respeito das questões éticas que podem ser identificadas no ecossistema da catalogação. Os autores reforçam que embora os códigos de ética gerais não excluíssem os catalogadores, eles não abordavam questões que precisavam ser enfatizadas para a área. A criação do código foi motivada por desafios éticos emergentes na prática da catalogação, como a necessidade de garantir a inclusão, a justiça e a precisão nas descrições e classificações. O artigo destaca os principais princípios que compõem o Código de Ética, incluindo a responsabilidade, a transparência, a inclusão, a imparcialidade, e o respeito pela diversidade (Chan *et al.*, 2022).

Pena (2022) também discute os princípios éticos no âmbito da catalogação, dando maior ênfase no contexto de Portugal e os códigos de ética existentes. A autora examina a importância dos códigos de ética, especialmente os criados por associações profissionais, que orientam os catalogadores em questões como imparcialidade, neutralidade, justiça e responsabilidade social. O texto identifica desafios éticos que surgem na prática, como preconceitos inconscientes, escolha de terminologias, inclusão ou exclusão de informações sensíveis e a necessidade de equilibrar interesses de diferentes grupos de usuários. A autora também reflete sobre o cenário português, as políticas locais, a influência das normas internacionais e como as práticas portuguesas refletem ou divergem dos padrões globais (Pena, 2022).

Em mais um artigo a respeito da importância dos códigos de ética, dessa vez do âmbito geral da profissão, Farias e Freire (2022) exploram a relação desses documentos com os ensinamentos filosóficos de Sócrates. Assim como Sócrates valorizava o conhecimento e a verdade, o artigo destaca que o bibliotecário tem a responsabilidade de garantir o acesso à informação de maneira ética, promovendo o conhecimento com integridade e justiça. O Código de Ética do bibliotecário

brasileiro estabelece princípios como a responsabilidade social, a defesa da liberdade da informação, a proteção da privacidade dos usuários e o combate à censura, esses valores são associados aos ensinamentos socráticos sobre justiça e bem-comum e, assim como Sócrates defendia a autonomia intelectual. As autoras argumentam que os bibliotecários devem exercer sua profissão com autonomia, assumindo a responsabilidade por suas ações e decisões éticas.

No âmbito da Inteligência Artificial, Rovetto (2022) explora as implicações éticas envolvidas no processo de modelagem conceitual, ontológica, semântica e de conhecimento. As escolhas feitas durante o processo de modelagem têm implicações éticas significativas. Essas decisões podem influenciar a forma como o conhecimento é interpretado e acessado, potencialmente introduzindo vieses ou excluindo certas perspectivas. O autor questiona a ideia de que a modelagem do conhecimento pode ser completamente neutra, uma vez que ao definir categorias, conceitos e relações, os profissionais inevitavelmente incorporam suas próprias visões de mundo, o que pode resultar em vieses que afetam a equidade e a justiça na representação do conhecimento. Os modeladores do conhecimento têm uma responsabilidade ética para garantir que seus modelos sejam inclusivos, justos e representem uma diversidade de perspectivas.

O trabalho de Sánchez-Tarragó e Silva (2022) busca analisar a literatura científica brasileira que estuda a temática "ética e organização do conhecimento". Para tanto, as autoras realizaram uma análise de domínio, a partir da análise bibliométrica e quantitativa dessa produção científica. Os resultados indicaram que embora as pesquisas ainda sejam incipientes, encontram-se em constante crescimento, especialmente desde os últimos quinze anos. Os autores mais produtivos nessa temática são: José Augusto Chaves Guimarães, Suellen de Oliveira Milani e Fábio de Assis Pinho, vinculados institucionalmente à UNESP, UFF e UFPE, respectivamente. O estudo destaca que os temas éticos mais abordados nas publicações analisadas incluem a privacidade da informação; o acesso ao conhecimento; a responsabilidade dos profissionais da informação; e a neutralidade e a imparcialidade na organização e representação de documentos. As autoras salientam ainda que, dentro da área, a ética está fortemente relacionada com a forma como o conhecimento é estruturado e disponibilizado para a sociedade. Questões como inclusão, equidade no acesso à informação e os riscos de viés na categorização de conteúdos são temas recorrentes (Sánchez-Tarragó; Silva, 2022).

Oliveira (2023) discute a importância da ética no processo de representação temática da informação em bibliotecas universitárias. Para tanto, a autora analisou bibliotecários de universidades federais que atuavam diretamente com o processamento técnico do acervo. A partir das respostas, a pesquisadora percebeu que o processo técnico que é mais suscetível a erros é o de escolha de termos na indexação, por outro lado, o processo que há maior segurança por parte dos profissionais é o da classificação bibliográfica. Os dilemas mais enfrentados por esses profissionais dizem respeito à interpretação desses materiais, a partir do contexto em que foram elaborados. A pesquisa identificou que quase 70% dos entrevistados realizam alguma reflexão ética no desenvolver de suas práticas diárias e um montante similar, quase 80%, possui a preocupação em se capacitar para uma atuação ética. No entanto, todos os profissionais consideram-se éticos no trabalho que realizam.

Outros resultados identificados pela pesquisa demonstraram que esses profissionais possuem um cuidado zeloso na representação mesmo em assuntos que não concordam ou não são de interesse deles. Ademais, eles consideram que para evitar interpretações tendenciosas na representação temática é necessário compreender os diversos assuntos e áreas, capacitar os profissionais e incentivar o trabalho colaborativo e integrado. Tais ações contribuem para um tratamento temático mais ético (Oliveira, 2023).

Destarte, por meio da presente revisão narrativa, foi possível identificar as principais ideias discutidas pelo corpus teórico que aborda os valores éticos no contexto da Catalogação, acesso à informação, códigos de ética, entre outros temas correlatos, conforme pode ser resumido no quadro a seguir:

Quadro 4 – Valores éticos expressos na literatura analisada

Acesso à informação
<p>Descrição: O acesso à informação é um direito básico do usuário; as ferramentas de representação da informação devem ser elaboradas e utilizadas tendo em vista esse valor, sempre prezando pelo equilíbrio entre o acesso e a privacidade dos dados e o respeito aos direitos autorais.</p>
<p>Estudos: Mont (1991), Martins (1996), Vigário (1996), Ferreira (2004), Aranalde (2005), Rasche (2005), Shachaf (2005), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Souza e Stumpf (2009), Saracevic (2010), Guedes, Baptista e Borges (2011), Cabrera (2012), Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Moreno (2014), Rego <i>et al.</i> (2014), Shoemaker (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Arboit (2018), Souza (2018), Sardo (2019), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Gomes <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Farias e Freire (2022), Pena (2022), Rovetto (2022) e Sánchez-Tarragó e Silva (2022).</p>
Catalogação e ética

<p>Descrição: Os profissionais catalogadores possuem uma responsabilidade ética no desenvolvimento de suas atividades, uma vez que as decisões tomadas afetam diretamente a forma como esses registros são organizados, acessados e interpretados.</p>
<p>Estudos: Souza e Stumpf (2009), Moreno (2014), Shoemaker (2015), Sardo (2019), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Pena (2022) e Chan <i>et al.</i> (2022).</p>
<p>Confidencialidade</p>
<p>Descrição: As unidades informacionais devem respeitar a confidencialidade dos históricos de busca de seus usuários, sempre prezando pelo equilíbrio entre o direito ao privado e o acesso à informação e transparência.</p>
<p>Estudos: Martins (1996), Vigário (1996), Iakovakis (2011), Rego <i>et al.</i> (2014) e Silva, Tognoli e Guimarães (2017).</p>
<p>Formação ética</p>
<p>Descrição: É esperado que os profissionais bibliotecários tenham constante formação ética, seja no âmbito do ensino superior, seja por meio de cursos e palestras realizados enquanto profissionais.</p>
<p>Estudos: Mischiati e Valentim (2005), Fonseca e Garcia (2009), Stumpf (2010), Guedes, Baptista e Borges (2011), Iakovakis (2011), Freire e Silva (2013), Santos <i>et al.</i> (2020) e Evangelista <i>et al.</i> (2020).</p>
<p>Impacto de novas tecnologias</p>
<p>Descrição: O contexto da sociedade da informação impactou a forma como os usuários se relacionam, buscam e recuperam a informação, afetando assim as formas de representação; a catalogação deve acompanhar essas alterações para que a recuperação seja cada vez mais rápida e precisa, de modo a atender prontamente as necessidades dos usuários.</p>
<p>Estudos: López-Huertas (2008), Fonseca e Garcia (2009), Souza e Stumpf (2009), Saracevic (2010), Stumpf (2010), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Evangelista <i>et al.</i> (2020) e Rovetto (2022).</p>
<p>Importância dos códigos de ética</p>
<p>Descrição: O código de ética profissional é um instrumento legal que deve guiar a atuação responsável diante de situações reais que envolvam dilemas éticos. É um documento que deve ser atualizado sempre que se fizer necessário e ainda, responder às questões éticas enfrentadas pelas comunidades a que se destinam.</p>
<p>Estudos: Mont (1991), Vigário (1996), Ferreira (2004), Mischiati e Valentim (2005), Rasche (2005), Shachaf (2005), Fonseca e Garcia (2009), Saracevic (2010), Iakovakis (2011), Milani e Guimarães (2011), Ridi (2013), Rego <i>et al.</i> (2014), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Shoemaker (2015), Morán (2017), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Farias e Freire (2022), Pena (2022) e Chan <i>et al.</i> (2022).</p>
<p>Interoperabilidade</p>
<p>Descrição: Os sistemas de gerenciamento de unidades de informação devem ser integrados e interoperabilizar de maneira eficaz com outros diferentes sistemas. O desenvolvimento de padrões permite a comunicação entre sistemas diversos e garante a reutilização efetiva desses dados.</p>
<p>Estudos: López-Huertas (2008) e Ridi (2013).</p>
<p>Justiça</p>
<p>Descrição: A representação de registros do conhecimento deve ser justa, garantindo que todos os grupos, perspectivas e culturas sejam representadas de forma a garantir especificidades sociais.</p>
<p>Estudos: Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Moreno (2014), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Farias e Freire (2022) e Rovetto (2022).</p>
<p>Neutralidade</p>
<p>Descrição: A neutralidade é uma ação necessária na representação documental, uma vez que o profissional deve abster-se de suas opiniões e valores para que não influenciem a análise e o tratamento documental. O processamento bibliográfico não é uma atividade meramente técnica, o que requer que os profissionais tenham em mente seus</p>

preconceitos e valores e os dominem de modo que estes não influenciem na representação documental; . Com efeito, é necessário ter consciência de que não é possível ser completamente imparcial nessa ação.
Estudos: Aranalde (2005), Shachaf (2005), Guimarães e Milani (2011), Cabrera (2012), Ridi (2013), Rego <i>et al.</i> (2014), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Sardo (2019), Martin (2021) e Sánchez-Tarragó e Silva (2022).
Organização da Informação e ética
Descrição: Todos os processos que envolvem a Organização da Informação - catalogação, classificação e indexação - devem estar imbuídos de uma perspectiva ética, promovendo sempre o acesso à informação de maneira igualitária, representando todas as perspectivas e garantindo que as minorias sejam compreendidas por esses sistemas.
Estudos: Guimarães e Pinho (2007), Guimarães, Milani e Pinho (2008), López-Huertas (2008), Souza e Stumpf (2009), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Fox e Reece (2012), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Ridi (2013), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Rego <i>et al.</i> (2014), Smiraglia (2015), Arboit e Guimarães (2015), Medeiros (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Silva, Tognoli e Guimarães (2017), Arboit (2018), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Pinho e Milani (2020), Santos <i>et al.</i> (2020), Hott e Oliveira (2021), Rovetto (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022) e Oliveira (2023).
Precisão
Descrição: A catalogação deve ser elaborada com o maior nível de exatidão possível, com vista à melhor recuperação da informação. Essa precisão deve ser buscada, inclusive, nos termos de autoridade, especialmente quando se trata de aspectos inerentes às comunidades marginalizadas.
Estudos: Cirne e Ferreira (2002), Guimarães e Pinho (2007), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Cabrera (2012), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Martin (2021) e Chan <i>et al.</i> (2022).
Privacidade
Descrição: Os dados pessoais referentes aos usuários devem ser armazenados respeitando as leis de proteção de dados e tendo o uso dessas informações devidamente expressas em termos a serem aceitos pelos indivíduos a que pertencem.
Estudos: Mont (1991), Martins (1996), Cirne e Ferreira (2002), Ferreira (2004), Shachaf (2005), Guimarães, Milani e Pinho (2008), Souza e Stumpf (2009), Stumpf (2010), Ridi (2013), Guimarães, Milani e Evangelista (2015), Rego <i>et al.</i> (2014), Medeiros (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Evangelista <i>et al.</i> (2020), e Gomes <i>et al.</i> (2020).
Propriedade intelectual
Descrição: Todos os direitos referentes aos autores produtores do conhecimento devem ser respeitados, especialmente no contexto de ciência aberta e do amplo acesso à informação.
Estudos: Cirne e Ferreira (2002), Souza e Stumpf (2009), Ridi (2013), Shoemaker (2015), Evangelista <i>et al.</i> (2020).
Respeito à diversidade
Descrição: A representação documental deve refletir a multiplicidade de vozes e pontos de vista da comunidade usuária tendo em mente o seu potencial na promoção desses discursos ou, ao contrário, do silenciamento. A sub-representação de grupos marginalizados reforça estereótipos e preconceitos, o que deve ser, a todo custo, evitado.
Estudos: Mont (1991), Shachaf (2005), Guimarães e Pinho (2007), López-Huertas (2008), Stumpf (2010), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Ridi (2013), Moreno (2014), Arboit e Guimarães (2015), Shoemaker (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Arboit (2018), Souza (2018), Sardo (2019), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Pinho e Milani (2020), Santos <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Rovetto (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022) e Chan <i>et al.</i> (2022).
Responsabilidade profissional

Descrição: Os profissionais possuem responsabilidade sobre suas ações na representação bibliográfica, tendo um compromisso ético de proporcionar o acesso igualitário por todas as pessoas.
Estudos: Vigário (1996), Cirne e Ferreira (2002), Ferreira (2004), Aranalde (2005), Mischiati e Valentim (2005), Shachaf (2005), Guimarães e Pinho (2007), Fonseca e Garcia (2009), Saracevic (2010), Stumpf (2010), Iakovakis (2011), Milani e Guimarães (2011), Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Rego <i>et al.</i> (2014), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Sardo (2019), Gomes <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Farias e Freire (2022), Pena (2022), Rovetto (2022) e Sánchez-Tarragó e Silva (2022).
Transparência e imparcialidade
Descrição: O profissional da informação deve ser transparente em todos os processos e decisões tomadas na representação bibliográfica, tendo em mente que assume o lugar de uma terceira pessoa, o que requer que seja imparcial haja vista o papel que exerce na atuação como ponte entre o documento e o usuário.
Estudos: Martins (1996), Vigário (1996), Saracevic (2010), Ridi (2013), Moreno (2014), Rego <i>et al.</i> (2014), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Silva (2010), Evangelista <i>et al.</i> (2020) e Chan <i>et al.</i> (2022).

Fonte: elaborado pela autora (2024).

Tendo por base os valores éticos expostos no Quadro 4, e com vistas a estabelecer uma relação entre as questões éticas evidenciadas na literatura e os PIC, elaborou-se o quadro a seguir:

Quadro 5 – Análise comparativa da literatura sobre ética e dos PIC

Interesse do usuário
Descrição do Princípio: Interesse significa que se deve fazer todos os esforços para manter - dados compreensíveis e adequados para os usuários. A palavra “usuário” compreende a qualquer indivíduo que busque no catálogo e utilize os dados bibliográficos e/ou de autoridades. As decisões referentes a criação das descrições e as formas controladas dos nomes para os acessos, devem ser decididas tendo em mente o usuário.
Temáticas identificadas na literatura: Acesso à informação, Respeito pela diversidade e Justiça.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Vigário (1996), Martins (1996), Ferreira (2004), Shachaf (2005), Aranalde (2005), Guimarães e Pinho (2007), Souza e Stumpf (2009), Saracevic (2010), Guedes, Baptista e Borges (2011), Ridi (2013), Moreno (2014), Rego <i>et al.</i> (2014), Shoemaker (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Souza (2018), Sardo (2019), Martin (2021), Rovetto (2022), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Gomes <i>et al.</i> (2020), Freire e Silva (2013), Cabrera (2012), López-Huertas (2008), Stumpf (2010), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Moreno (2014), Arboit e Guimarães (2015), Freire, Silva e Nascimento (2015), Pinho e Milani (2020), Santos <i>et al.</i> (2020), Yon e Willey (2021), Chan <i>et al.</i> (2022), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Farias e Freire (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022).
Uso comum
O vocabulário utilizado nas descrições e pontos de acesso devem estar em concordância com a maioria dos usuários.
Temáticas identificadas na literatura: Respeito pela diversidade e Justiça.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Shachaf (2005), Guimarães e Pinho (2007), López-Huertas (2008), Stumpf (2010), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Moreno (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Shoemaker (2015), Arboit e Guimarães (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Souza (2018), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Pinho e Milani (2020), Santos <i>et al.</i> (2020),

Sardo (2019), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Chan <i>et al.</i> (2022), Rovetto (2022), Farias e Freire (2022).
Representação
Uma descrição deve representar o recurso tal como aparece. As formas controladas dos nomes de pessoas, entidades coletivas e famílias devem seguir a maneira como estas entidades se autodenominam. As formas controladas dos títulos de obras devem ser baseadas na forma com que aparece na primeira manifestação da expressão original. Se isso não for possível, deve-se usar a forma comumente utilizada nas fontes de consulta.
Temáticas identificadas na literatura: Respeito pela diversidade e Justiça.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Shachaf (2005), Guimarães e Pinho (2007), López-Huertas (2008), Stumpf (2010), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Moreno (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Shoemaker (2015), Arboit e Guimarães (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Souza (2018), Sardo (2019), Pinho e Milani (2020), Santos <i>et al.</i> (2020), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Chan <i>et al.</i> (2022), Rovetto (2022), Farias e Freire (2022).
Precisão
Os dados bibliográficos e de autoridades devem ser uma representação exata da entidade descrita.
Temáticas identificadas na literatura: Precisão.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Cirne e Ferreira (2002), Guimarães e Pinho (2007), Cabrera (2012), Martin (2021), Chan <i>et al.</i> (2022).
Suficiência e necessidade
Deve-se incluir os elementos dos dados requeridos para: facilitar o acesso para todos os tipos de usuários, incluindo aqueles com necessidades específicas; cumprir os objetivos e funções do catálogo e descrever ou identificar entidades.
Temáticas identificadas na literatura: Precisão, Respeito pela diversidade, Transparência e imparcialidade e Justiça.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Vigário (1996), Martins (1996), Cirne e Ferreira (2002), Shachaf (2005), Guimarães e Pinho (2007), López-Huertas (2008), Stumpf (2010), Saracevic (2010), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Ridi (2013), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Rego <i>et al.</i> (2014), Moreno (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Shoemaker (2015), Arboit e Guimarães (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Souza (2018), Sardo (2019), Pinho e Milani (2020), Santos <i>et al.</i> (2020), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Yon e Willey (2021), Martin (2021), Chan <i>et al.</i> (2022), Rovetto (2022), Farias e Freire (2022).
Significação
Os elementos dos dados devem ser relevantes para a descrição, dignos de menção e permitir a diferenciação entre entidades.
Temáticas identificadas na literatura: Precisão.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Cirne e Ferreira (2002), Shachaf (2005), Aranalde (2005), Guimarães e Pinho (2007), Guimarães e Milani (2011), Cabrera (2012), Ridi (2013), Rego <i>et al.</i> (2014), Martin (2021), Chan <i>et al.</i> (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022).
Economia
Quando existem diferentes vias para conseguir um objetivo, deve-se preferir o meio que melhor favoreça a total conveniência e sentido prático (isto é, o menor custo e implementação mais simples).
Temáticas identificadas na literatura: Acesso à informação.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Vigário (1996), Martins (1996), Ferreira (2004), Shachaf (2005), Shachaf (2005), Aranalde (2005), Souza

e Stumpf (2009), Saracevic (2010), Guedes, Baptista e Borges (2011), Cabrera (2012), Ridi (2013), Freire e Silva (2013), Moreno (2014), Rego <i>et al.</i> (2014), Shoemaker (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Souza (2018), Sardo (2019), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Gomes <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Rovetto (2022), Farias e Freire (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022).
Coerência e normalização
Deve-se normalizar as descrições e a criação de pontos de acesso até o ponto em que seja possível para possibilitar a coerência.
Temáticas identificadas na literatura: Respeito pela diversidade.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Shachaf (2005), López-Huertas (2008), Stumpf (2010), Milani e Guimarães (2011), Cabrera (2012), Ridi (2013), Mai (2013), Martínez-Ávila e Guimarães (2013), Moreno (2014), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Shoemaker (2015), Arboit e Guimarães (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Souza (2018), Pinho e Milani (2020), Santos <i>et al.</i> (2020), Sardo (2019), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Chan <i>et al.</i> (2022), Rovetto (2022).
Integração
As descrições para todos os tipos de recursos e formas controladas dos nomes de qualquer tipo de entidade devem ser baseadas o máximo possível em um conjunto de regras comum.
Temáticas identificadas na literatura: Interoperabilidade.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: López-Huertas (2008), Ridi (2013).
Interoperabilidade
Devem-se fazer todos os esforços possíveis para assegurar o intercâmbio e a reutilização dos dados bibliográficos e de autoridade dentro e fora da comunidade bibliotecária. É extremamente recomendável o uso de vocabulários que facilitem a tradução automática e a desambiguação, para o intercâmbio de dados e ferramentas de descoberta.
Temáticas identificadas na literatura: Interoperabilidade e Impacto de novas tecnologias.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: López-Huertas (2008), Souza e Stumpf (2009), Fonseca e Garcia (2009), Stumpf (2010), Saracevic (2010), Ridi (2013), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Rovetto (2022).
Abertura
As restrições aos dados devem ser mínimas a fim de fomentar a transparência e cumprir com os princípios de acesso aberto, como também é manifestado na Declaração da IFLA sobre o acesso aberto. Qualquer restrição de acesso aos dados deve ser declarada explicitamente.
Temáticas identificadas na literatura: Transparência e imparcialidade e Acesso à informação.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Vigário (1996), Martins (1996), Ferreira (2004), Shachaf (2005), Aranalde (2005), López-Huertas (2008), Souza e Stumpf (2009), Saracevic (2010), Guedes, Baptista e Borges (2011), Cabrera (2012), Ridi (2013), Freire e Silva (2013), Moreno (2014), Rego <i>et al.</i> (2014), Shoemaker (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Souza (2018), Sardo (2019), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Gomes <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Rovetto (2022), Farias e Freire (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022).
Acessibilidade
O acesso aos dados bibliográficos e de autoridade, assim como as funcionalidades dos dispositivos de busca, devem cumprir as normas internacionais de acessibilidade, como se recomenda no Código de ética de la IFLA para bibliotecarios y otros trabajadores de la información.

Temáticas identificadas na literatura: Importância dos códigos de ética, Acesso à informação e Justiça.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Mont (1991), Vigário (1996), Martins (1996), Ferreira (2004), Shachaf (2005), Aranalde (2005), Fonseca e Garcia (2009), Souza e Stumpf (2009), Silva (2010), Saracevic (2010), Milani e Guimarães (2011), Iakovakis (2011), Guedes, Baptista e Borges (2011), Cabrera (2012), Freire e Silva (2013), Ridi (2013), Rego <i>et al.</i> (2014), Freire, Silva e Nascimento (2015), Shoemaker (2015), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Morán (2017), Souza (2018), Sardo (2019), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Gomes <i>et al.</i> (2020), Martin (2021), Yon e Willey (2021), Chan <i>et al.</i> (2022), Rovetto (2022), Farias e Freire (2022), Sánchez-Tarragó e Silva (2022).
Racionalidade
As regras de um código de catalogação devem ser defendíveis e não arbitrárias. Se, em situações específicas, não é possível respeitar todos os princípios, então adota-se uma solução prática e defendível e deve-se explicar as razões.
Temáticas identificadas na literatura: Transparência e imparcialidade e Justiça.
Pesquisas que reforçam a dimensão ética do princípio: Vigário (1996), Martins (1996), Saracevic (2010), Ridi (2013), Freire e Silva (2013), Moreno (2014), Rego <i>et al.</i> (2014), Silva, Guimarães e Tognoli (2015), Freire, Silva e Nascimento (2015), Guimarães, Pinho e Milani (2016), Evangelista <i>et al.</i> (2020), Chan <i>et al.</i> (2022), Rovetto (2022).

Fonte: elaborado pela autora (2024).

A análise comparativa da literatura sobre ética com os PIC demonstra que o princípio de “Interesse do Usuário” está diretamente relacionado com o valor “acesso à informação” uma vez que a representação bibliográfica dos dados do acervo, de maneira compreensível e adequada a todos os usuários, promove o acesso informacional. Além disso, considerar o usuário como qualquer pessoa que utiliza o sistema e garantir que os dados sejam definidos tendo como foco suas necessidades, assegura o respeito pela diversidade multicultural da comunidade de usuários e a representação justa dessas informações.

Os princípios do “Uso comum” e da “Representação” estão relacionados com os valores de “respeito à diversidade” e “justiça”. Considerar o vocabulário utilizado pela maioria dos usuários para a definição dos termos e representar o recurso informacional exatamente como ele se apresenta, traz um senso de justiça e respeito com a multiplicidade da comunidade de usuários.

Da mesma forma, a “Precisão” também possui sua vertente ética, tendo em vista que representar um recurso incluindo todos os elementos presentes, de maneira específica, promove a recuperação informacional do documento de acordo com as necessidades do usuário.

O princípio “Suficiência e necessidade” evoca várias vertentes éticas, como “precisão”, “respeito pela diversidade”, “transparência e imparcialidade” e “justiça”. Parte-se da premissa de que todos os dados passíveis de inclusão devem ser

incluídos de modo a assegurar o acesso a todas as pessoas, incluindo aquelas que possuem necessidades específicas. Isso deve ser feito de modo transparente, com regras declaradas, reforçando a imparcialidade do catalogador no momento da representação.

Já o princípio de “Significação”, está relacionado com a vertente ética do conceito de “precisão”, mais uma vez ressalta-se que os materiais devem ser representados contendo todos os elementos relevantes que possam ser utilizados para fins de recuperação.

A “Economia” como um princípio da catalogação, estabelece que a representação bibliográfica deve ser feita de modo a promover a economia de recursos e de tempo, isso viabiliza um acesso informacional a um maior número de pessoas, de maneira mais rápida e efetiva, o que favorece a premissa ética do “acesso à informação”.

A respeito do princípio “Coerência e normalização”, observa-se que respeitar a representação bibliográfica de modo a normalizá-la para que seja coerente com o registro a que se está representando, é uma forma de “respeitar a multiplicidade e diversidade” dos recursos e as formas de expressão e de pensamento.

Os princípios de “Integração” e “Interoperabilidade” possuem também sua vertente ética direcionada à “interoperabilidade de sistemas e regras”: é eticamente responsável garantir que as normativas e ferramentas sejam amigáveis a todo e qualquer tipo de recurso representado e aos diferentes sistemas passíveis de utilização. O valor ético que reflete o “impacto das novas tecnologias” também se relaciona a esses princípios, uma vez que, com o desenvolvimento tecnológico, há uma alteração mais dinâmica dos sistemas utilizados e essas atualizações sempre devem prezar pela interoperabilidade com as versões anteriores.

O princípio “Abertura” vai ao encontro da temática de “acesso aberto”, prezando para que o acesso aos documentos seja regra e o sigilo a exceção. Esse princípio preza pelos valores éticos de “acesso à informação” - garantindo que toda necessidade informacional será suprida, como também o valor da transparência, em que todas as decisões que podem justificar algum sigilo informacional é abertamente expressa ao usuário.

O princípio de “Acessibilidade” é o único que faz referência ao Código de Ética em sua descrição, isto é, que manifesta abertamente seu viés ético. Este princípio afirma que todos os dados bibliográficos devem ser acessíveis a todas as pessoas,

inclusive às pessoas com deficiência. Essa vertente ética cumpre com os valores de “acesso à informação” a todas as pessoas; “respeito à diversidade”, considerando a multiplicidade de usuários que podem buscar informações no acervo e a inclusão de todos; e ainda, a justiça, uma vez que garantir que todas as informações bibliográficas sejam compreensíveis presume-se que a representação seja realizada de forma justa.

Por fim, o princípio “Racionalidade” estabelece que todas as regras definidas em um instrumento de representação bibliográfica devem ser defendíveis, o que evoca o valor ético de “justiça”. Quando o princípio dispõe que, caso não seja possível adotar todas as regras, deve-se explicar os motivos impeditivos, observa-se a “transparência e imparcialidade” como viés ético relacionados a esse princípio.

Faz-se importante destacar que os valores expressos na literatura e identificados na presente pesquisa como **Catálogo e ética** e **Organização do Conhecimento e ética** estão presentes em todos os PIC. No entanto, é possível perceber que os alguns valores identificados na literatura sobre ética em representação bibliográfica não foram abordados pelos Princípios:

- Formação ética;
- Confidencialidade;
- Responsabilidade profissional;
- Privacidade;
- Propriedade intelectual;

Da mesma forma, determinados princípios não foram contemplados pela literatura e poderiam ter uma maior investigação na área sobretudo em suas vertentes éticas.

No contexto da presente pesquisa, defende-se que alguns dos valores elencados na literatura poderiam estar presentes nos PIC, tais como:

- Responsabilidade Ética: É importante que se elabore um princípio a respeito da Responsabilidade Ética, uma vez que a catalogação não é uma atividade meramente técnica, mas envolve decisões que impactam a representação cultural, social e histórica de diversos grupos sociais. Deve-se incentivar a responsabilidade ética na decisão de termos e descritores dos itens do acervo, garantindo que estes sejam inclusivos e respeitem as sensibilidades culturais;

- **Sustentabilidade Ética:** Deve-se considerar a presença de um princípio que determine a Sustentabilidade Ética, levando em consideração que a formação ética é necessária para garantir que as práticas de catalogação sejam envolvidas por uma vertente ética durante toda essa atividade, introduzindo discussões a respeito dos dilemas éticos encontrados pelos profissionais em seu fazer do dia a dia;
- **Proteção de Dados e Privacidade do Usuário:** O valor da Confidencialidade pode ser expresso por meio de um princípio de Proteção de Dados e Privacidade do Usuário, refletindo a respeito de como a confidencialidade envolve a proteção dos dados referentes ao comportamento de busca e aos dados pessoais do usuário, bem como, a restrição de acesso a materiais sensíveis - como documentos governamentais ou de dados de pesquisa em repositórios, dentre outros consentimentos referentes à dados;
- **Propriedade Intelectual:** A respeito da Propriedade Intelectual, poderia ter um princípio que expressasse a importância do cumprimento das leis de direitos autorais e que garantisse que qualquer obra incluída no acervo tivesse seus direitos devidamente reconhecidos, incluindo menções aos autores e licenças de uso, e a correta atribuição de autoria e créditos. Nesse contexto, o catálogo promoveria o acesso justo e responsável das obras, permitindo que os usuários tivessem acesso a elas sem violar os direitos de propriedade intelectual.

Destarte, os resultados apresentados permitiram vislumbrar a dimensão ética presente na literatura sobre os processos de representação bibliográfica, que foi contrastada e corroborada pelos PIC. As considerações finais a respeito desses aspectos serão apresentadas na próxima seção.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa pretendeu, inicialmente, identificar quais eram os aspectos éticos presentes no processo de catalogação.

Por meio de pesquisas, em bases de dados, foi possível analisar um corpus de 60 documentos - entre artigos científicos e teses de doutorado - que trabalham com temáticas éticas na profissão, em especial nas atividades de processamento técnico do acervo bibliográfico.

A partir dessa análise foram identificados os seguintes valores éticos, ou seja, premissas éticas (i) acesso à informação, (ii) catalogação ética, (iii) confidencialidade, (iv) formação ética, (v) impacto de novas tecnologias, (vi) importância dos códigos de ética, (vii) interoperabilidade, (viii) justiça, (ix) neutralidade, (x) organização do conhecimento e ética, (xi) precisão, (xii) privacidade, (xiii) propriedade intelectual, (xiv) respeito pela diversidade, (xv) responsabilidade profissional, e (xvi) transparência e imparcialidade.

Posteriormente, esses valores foram analisados, comparados e corroborados pelos PIC, um documento com normativas a respeito das práticas da representação bibliográfica. Na análise dos princípios foram identificados, principalmente, os aspectos relacionados à catalogação ética e organização do conhecimento e ética, premissas que foram detectadas em todos os Princípios. Ademais, foram constatadas dimensões éticas a respeito do (i) acesso à informação, (ii) impacto de novas tecnologias, (iii) importância dos códigos de ética, (iv) interoperabilidade, (v) justiça, (vi) neutralidade, (vii) precisão, (viii) respeito pela diversidade e (ix) transparência e imparcialidade.

A respeito dos valores éticos que não puderam ser identificados nos Princípios, tais como (i) formação ética, (ii) confidencialidade, (iii) responsabilidade profissional, (iv) privacidade e (v) propriedade intelectual, foram apresentadas algumas possibilidades de como eles poderiam ser inseridos nesta normativa. Principalmente no que se refere a necessidade de existirem princípios que abordam a responsabilidade ética no desenvolvimento de atividades que não são meramente técnicas, como, por exemplo, a importância de uma formação constante para garantir a sustentabilidade ética das atividades; a garantia da proteção dos dados pessoais dos usuários, bem como seus históricos de busca; e, ainda, princípios que revelam a preocupação constante da proteção dos direitos autorais e dos documentos no

acervo.

Dessa forma, considerando que a presente pesquisa teve como objetivo geral discutir os valores éticos nos PIC, observa-se que ele foi, de fato, cumprido. Além disso, os objetivos específicos propostos também foram alcançados, uma vez que se contextualizou a catalogação, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre as pesquisas que relacionam ética com os estudos em catalogação, comentou-se sobre os códigos de ética profissional e, identificaram-se quais valores éticos podem ser inseridos nos PIC.

A partir da concretização dos objetivos, acredita-se que a pesquisa contribuiu de maneira profícua para o desenvolvimento teórico da área, uma vez que os levantamentos bibliográficos podem ser utilizados como fontes de informação para pesquisas futuras. Além disso, foi possível apresentar de maneira aplicada a metodologia de revisão narrativa, servindo também como exemplo da aplicabilidade desse tipo de método. Ademais, a temática das dimensões éticas na catalogação, em especial em seus PIC, ainda é pouco abordada nos estudos da área e os resultados ora apresentados puderam contribuir para o crescimento do campo científico.

Tendo isso em vista, presume-se que pesquisas futuras podem ser realizadas considerando a viabilidade de atualizar os PIC para incluir valores éticos que não foram identificados nas premissas atuais. Além disso, as futuras pesquisas podem ampliar o corpus de análise, para identificar novos valores éticos; ou ainda, abordar de maneira mais profunda os valores éticos de acesso à informação e respeito pela diversidade, que foram amplamente discutidos na literatura analisada.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 2017.
- AMERICAN LIBRARY ASSOCIATION. **Cataloguing code of ethics**. [S. l.]: ALA, 2021. Disponível em: <https://alair.ala.org/server/api/core/bitstreams/9923a196-d345-4244-a07c-19450965f167/content>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- ARANALDE, Michel Maya. A questão ética na atuação do profissional bibliotecário. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, p. 337-368, 2005. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/124>. Acesso em: 03 out. 2024.
- ARAÚJO, André Vieira de Freitas *et al.* Decolonialidade e Ciência da Informação: veredas dialógicas. **Liinc em Revista**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i2.5828>. Acesso em: 05 ago. 2024.
- ARBOIT, Aline Elis. Representação do conhecimento como ato ideológico. **Logeion**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p.154-166, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21728/logeion.2017v4n1.p154-166>. Acesso em: 26 set. 2024.
- ARBOIT, Aline Elis; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. The Ethics of Knowledge Organization and Representation from a Bakhtinian Perspective. **Knowledge Organization**, Wuzburg, v. 42, n. 5, p. 324-331, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-5-324>. Acesso em: 03 set. 2024.
- BAIR, Sheila. Toward a Code of Ethics for Cataloging. **Technical Services Quarterly**, Londres, v. 23, n. 1, p. 13-26, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/44097911>. Acesso em: 10 jul. 2024.
- BAPTISTA, Dulce Maria. A catalogação como atividade profissional especializada e objeto de ensino universitário. **Informação & Informação**, Londrina, v. 11, n. 1, p. 63-74, 2006. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1700>. Acesso em: 03 out. 2024.
- BAPTISTA, Dulce Maria. Catalogação: uma revolução em curso. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 11., 2008, São Paulo. **Diversidade cultural e políticas de informação**. São Paulo: Ancib, 2008. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/176402>. Acesso em: 03 out. 2024.
- CABRERA, Mirian Regiane Dutra. **A questão do politicamente correto em temáticas relativas à homossexualidade e seus reflexos na representação da informação**. 2012. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2012.
- CAMPELLO, Bernadete Santos; MAGALHÃES, Maria Helena de Andrade. **Introdução ao controle bibliográfico**. Brasília: Brique de Lemos, 1997.
- CHAN, May *et al.*. The development and future of the Cataloguing Code of Ethics. **Cataloging & Classification Quarterly**, Wuzburg, v. 60, n. 8, p. 786-202, 2022.

Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2022.2134247>. Acesso em: 03 set. 2024.

CIRNE, Maria Teresa; FERREIRA, Sônia Maria. A ética para os profissionais da informação audiovisual: o devir tecnológico a moldar uma atitude. **Cadernos BAD**, Lisboa, v. 1, p. 116-129, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/881>. Acesso em: 03 out. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE BIBLIOTECONOMIA. **Resolução CFB nº 207/2018, de 07 de novembro de 2018**. Aprova o Código de Ética e Deontologia do Bibliotecário brasileiro, que fixa as normas orientadoras de conduta no exercício de suas atividades profissionais. Brasília: Conselho Federal de Biblioteconomia, 2018. Disponível em: <https://crb6.org.br/2020/wp-content/uploads/2019/12/Resolucao-207-Codigo-de-Etica-e-Deontologia-do-CFB-1.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

CUTTER, Charles A. **Rules for a printed dictionary catalogue**. Washington: Government Printed Office, 1891. Disponível em: <https://www.gutenberg.org/files/59215/59215-h/59215-h.htm>. Acesso em: 28 jun. 2024.

EVANGELISTA, Isadora Victorino *et al.* O acesso à informação como supervalor ético em organização do conhecimento: diálogos entre a literatura científica e as fontes normativas na perspectiva brasileira. **RICI: Revista Ibero-americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 13, n. 2, p. 503-521, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/rici.v13.n2.2020.24955>. Acesso em: 04 set. 2024.

FARIAS, Vera Cristina de Souza; FREIRE, Isa Maria. O código de ética e deontologia do bibliotecário brasileiro e as lições socráticas. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina, Florianópolis**, v. 27, n. 1, p. 1-20, 2022. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/1812>. Acesso em: 03 out. 2024.

FERREIRA, Rita Gonçalves Marques Portella. O fundamento ético de uma consciência bibliotecária. **Infociência**, [s. l.], v. 4, p. 9-20, 2004. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/78791>. Acesso em: 03 out. 2024.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

FONSECA, Juliana Soares da; GARCIA, Joana Coeli Ribeiro. Responsabilidade ética e social do profissional da informação. **Biblionline**, João Pessoa, v. 5, n. 1/2, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/biblio/article/view/3952>. Acesso em: 03 out. 2024.

FONTELLES, Mauro José *et al.* Metodologia da pesquisa científica: diretrizes para elaboração de um projeto de pesquisa. **Revista Paraense de Medicina**, Belém, v. 23, n. 2, 2009. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-588477>. Acesso em: 12 ago. 2024.

FOX, Melodie J.; REECE, Austin. Which Ethics? Whose Morality?: an analysis of Ethical Standards for Information Organization. **Knowledge Organization**,

Wuzburg, v. 39, n. 5, p. 377-383, 2012. Disponível em:
<https://doi.org/10.5771/0943-7444-2012-5-377>. Acesso em: 04 set. 2024.

FREIRE, Isa Maria; SILVA, Alba Ligia de Almeida; NASCIMENTO, Geysa Flávia Câmara de Lima. A mandala das virtudes dos profissionais bibliotecários. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 78-93, 2015. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/347>. Acesso em: 03 out. 2024.

FREIRE, Isa Maria; SILVA, Julianne Teixeira e. A mandala das virtudes arquivísticas: relato de pesquisa. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 1, n. 1, p. 33-44, 2013. Disponível em:
<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/archeion/article/view/17125>. Acesso em: 03 out. 2024.

GOMES, Andressa Alves *et al.* Aspectos éticos na prática arquivística. **Archeion Online**, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 62-84, 2020. Disponível em:
<https://doi.org/10.22478/ufpb.2318-6186.2020v7n2.52669>. Acesso em: 04 set. 2024.

GRAVINA, Roberta Amaral Sertorio. **Análise terminológica das competências profissionais do bibliotecário contemporâneo**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/D.27.2022.tde-13072022-154629>. Acesso em: 22 nov. 2024.

GUEDES, Mariana Giuberti; BAPTISTA, Sofia Galvão; BORGES, Maria Alice Guimarães. Competência ética do bibliotecário: um fator de qualidade. **RICI: Revista Ibero-americana em Ciência da Informação**, Brasília, v. 3, n. 1, p. 50-71, 2011. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/1649>. Acesso em: 03 out. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen de Oliveira. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **DataGramZero**, Brasília, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em:
<https://cip.brapci.inf.br/download/45615>. Acesso em: 03 out. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen de Oliveira; EVANGELISTA, Isadora Victorino. Valores éticos na organização e representação do conhecimento. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 19-32, 2015. Disponível em:
<https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p19>. Acesso em: 26 set. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; MILANI, Suellen de Oliveira; PINHO, Fábio de Assis. Aspectos éticos em Organização e Representação do Conhecimento (ORC): uma análise preliminar de valores e problemas a partir da literatura internacional da área. **Encontros Bibli**, Florianópolis, v. 13, n. 25, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2008v13n25p124>. Acesso em: 03 out. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fábio de Assis. Desafios da representação do conhecimento: abordagem ética. **Informação e Informação**,

Londrina, v. 12, n. 1, 2007. Disponível em:
<https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1753>. Acesso em: 03 out. 2024.

GUIMARÃES, José Augusto Chaves; PINHO, Fábio de Assis; MILANI, Suellen de Oliveira. Theoretical Dialogs About Ethical Issues in Knowledge Organization: García Gutiérrez, Hudon, Beghtol, and Olson. **Knowledge Organization**, Wuzburg, v. 43, n. 5, p. 338-350, 2016. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/306320682_Theoretical_Dialogs_About_Ethical_Issues_in_Knowledge_Organization_Garcia_Gutierrez_Hudon_Beghtol_and_Olson. Acesso em: 03 out. 2024.

HOFFMAN, Gretchen. Meeting users' needs in cataloging: what is the right thing to do?. **Cataloging & Classification Quarterly**, Londres, v. 47, n. 7, p. 631-641, 2009. Disponível em:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/01639370903111999>. Acesso em: 10 jul. 2024.

HOTT, Daniela Francescutti Martins; OLIVEIRA, Laís Pereira de. Questões éticas em tratamento temático da informação e o impacto sobre a acessibilidade informacional. **LOGEION: Filosofia da informação**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 44-58, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2021v7n2.p44-58>. Acesso em: 04 set. 2024.

IAKOVAKIS, Clarke Lawson. **An interdisciplinary inquiry into the Ethics Codes of the helping professions**: interpretations of moral principles and professional responsibilities. 2011. Dissertação (Mestrado em Estudos em Informação) – University of Texas in Austin, Austin, 2011.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Functional Requirements for Bibliographic Records**: final report. La Haya: IFLA, 1998. Disponível em:
<https://repository.ifla.org/items/ffb50f46-46ab-4ec4-8970-b00e2b0d2811>. Acesso em: 03 out. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de Princípios Internacionais de Catalogação**. [S.l.]: IFLA, 2009. Disponível em: <https://repository.ifla.org/items/fb7ead25-3b3f-47ea-ae75-6ca4982e3125>. Acesso em: 03 out. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of International Cataloguing Principles (ICP)**. Netherlands: IFLA, 2016. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/icp/icp_2016-en.pdf. Acesso em: 03 out. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Statement of Principles**: adopted by The International Conference on Cataloguing Principles Paris, October 1961. [S.l.]: IFLA, 1961. Disponível em:

https://www.ifla.org/files/assets/cataloguing/IMEICC/IMEICC1/statement_principles_paris_1961.pdf. Acesso em: 04 out. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **IFLA Library Reference Model**: a conceptual model for bibliographic information. Netherlands: IFLA, 2017. Disponível em: https://www.ifla.org/wp-content/uploads/2019/05/assets/cataloguing/frbr-lrm/ifla-lrm-august-2017_rev201712-por.pdf. Acesso em: 11 out. 2024.

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Professional Codes of Ethics for Librarians**. [S. l.]: IFLA, 2012. Disponível em: <https://www.ifla.org/g/faife/professional-codes-of-ethics-for-librarians/>. Acesso em: 03 out. 2024.

LÓPEZ-HUERTAS, Maria José. Some current research questions in the field of knowledge organization. **Knowledge Organization**, Wuzburg, v. 35, n. 2/3, 2008. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2008-2-3-113.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

LOURENÇO, Cíntia de Azevedo; ZAFALON, Zaira Regina; LOPES, António Tavares. Catalogação e metadados: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências. In: SIMÕES, Maria Graça; LIMA, Gercina Ângela de (coord.). **Do tratamento à organização da informação**: reflexões sobre concepções, perspectivas e tendências. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2020.

MACHADO, Raildo de Souza; ZAFALON, Zaira Regina. **Catalogação**: dos princípios e teorias ao RDA e IFLA LRM. João Pessoa: Editora UFPB, 2020. Disponível em: <https://www.editora.ufpb.br/sistema/press5/index.php/UFPB/catalog/book/336>. Acesso em: 03 out. 2024.

MAI, Jens-Erick. Ethics, Values and Morality in Contemporary Library Classifications. **Knowledge Organization**, Wuzburg, v. 40, n. 4, p. 242-253, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2013-4-242>. Acesso em: 04 set. 2024.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTIN, Jennifer M. Records, Responsibility, and Power: An Overview of Cataloging Ethics. **Cataloging & Classification Quarterly**, Londres, v. 59, n. 2-3, p. 281-304, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/01639374.2020.1871458>. Acesso em: 03 set. 2024.

MARTÍNEZ-ÁVILA, Daniel; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Library classifications criticisms: universality, poststructuralism and ethics. **Scire**, Zaragoza, v. 19, n. 2, p. 21-26, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/114737>. Acesso em: 03 out. 2024.

MARTINS, Maria Helena Pires. A ética em questão. **Cadernos BAD**, Lisboa, v. 1, p. 79-84, 1996. Disponível em:

<https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/2437>. Acesso em: 03 out. 2024.

MEDEIROS, Jackson da Silva. Uma abordagem conceitual sobre garantias de representação no gerenciamento da organização de estoques de informação como proposição ético-informacional. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 21, n. 3, p. 190-210, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/132582>. Acesso em: 03 out. 2024.

MEY, Eliane Serrão Alves. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1995.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. **Catalogação no plural**. Brasília: Briquet de Lemos, 2009.

MEY, Eliane Serrão Alves; SILVEIRA, Naira Christofolletti. Considerações teóricas aligeiradas sobre a catalogação e sua aplicação. **InCID**, Ribeirão Preto, v. 1, n. 1, p. 125-137, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/incid/article/view/42309>. Acesso em: 03 out. 2024.

MILANI, Suellen de Oliveira; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Problemas éticos em representação do conhecimento: uma abordagem teórica. **DataGramZero**, Brasília, v. 12, n. 1, 2011. Disponível em: <https://cip.brapci.inf.br/download/45615>. Acesso em: 03 out. 2024.

MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MISCHIATI, Ana Cristina; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Reflexões sobre a ética e a atuação profissional do Bibliotecário. **Transinformação**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 209-220, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/bTLmBZqGVr5zRgBn4qKWkrS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 out. 2024.

MONT, Rosemary Du. Ethics in librarianship: a management model. **Library Trends**, Illinois, v. 40, n. 2, p. 201-215, 1991. Disponível em: <https://www.ideals.illinois.edu/items/7726>. Acesso em: 03 out. 2024.

MORÁN, Ariel. Dimensiones éticas de la bibliotecología: puntos relevantes a considerar para la posibilidad de un nuevo código de ética profesional para bibliotecólogos en México. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 22, n. 3, p. 143-157, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/z7VVKxtthxhkJbYrcdscFry/?lang=es>. Acesso em: 03 out. 2024.

MORENO, Edinei Antônio. A ética no serviço de catalogação: uma revisão bibliográfica. **Biblios**, [s. l.], n. 55, p. 51-59, 2014. Disponível em: <http://biblios.pitt.edu/ojs/biblios/article/view/171/203>. Acesso em: 10 jul. 2024.

NASCIMENTO, Ana Paula de Jesus; SOUZA, Ana Claudia Medeiros. A catalogação enquanto uma ação indireta de mediação da informação: um estudo a partir da percepção das bibliotecárias do SIBI da UFBA. **Biblionline**, João Pessoa, v. 17, n.

3, p. 65-83, 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/24982>. Acesso em: 03 out. 2024.

OLIVEIRA, Lais Pereira de. A percepção do bibliotecário universitário sobre a ética no tratamento temático da informação. **Páginas a&b**, Lisboa, v. 19, n. 3, p. 160-184, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag19a9>. Acesso em: 17 set. 2024.

PENA, Rita Anjos. Cataloguing Ethics: world overview and a focus on Portugal: literature review. **Páginas a&b**, Lisboa, v. 18, n. 3, p. 03-17, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/21836671/pag18a1>. Acesso em: 17 set. 2024.

PINHO, Fábio de Assis; MILANI, Suellen de Oliveira. Ética em Organização do Conhecimento: categorização de termos fronteirços em relação a gênero e sexualidade. **Logeion: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 84-103, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.21728/logeion.2020v6n2.p84-103>. Acesso em: 04 set. 2024.

RANGANATHAN, S. R. International Catalogue Code. **Annals of Library and Information Science**, [Índia], v. 6, n. 1, 1959.

RASCHE, Francisca. Ética e deontologia: o papel das associações profissionais. **Revista ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 175-188, 2005. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/426>. Acesso em: 03 out. 2024.

REDIGOLO, Franciele Marques; FUJITA, Mariângela Spotti Lopes. A leitura profissional do catalogador e seu papel como mediadora da informação. **Informação & Informação**, Londrina, v. 20, n. 3, p. 356-376, 2015. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/21683>. Acesso em: 03 out. 2024.

REGO, Laura Maria do *et al.* Aspectos éticos na organização do conhecimento na prática profissional arquivística: um estudo dos princípios de ética da AAB, CIA e SAA. **Scire**, Zaragoza, v. 20, n. 2, p. 37-42, 2014. Acesso em: <http://hdl.handle.net/11449/114741>. Disponível em: 03 out. 2024.

REIS, Daniela Majorie Akama *et al.* Tratamento descritivo e temático da informação: recomendações para estudos sobre aspectos semióticos na criação de registros bibliográficos. **RICI: Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 42-58, 2018. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/8428>. Acesso em: 03 out. 2024.

RIDI, Riccardo. Ethical Values for Knowledge Organization. **Knowledge Organization**, Wuzburg, v. 40, n. 3, p. 187-196, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2013-3-187>. Acesso em: 04 set. 2024.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisão sistemática x revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/z7zZ4Z4GwYV6FR7S9FHTByr/>. Acesso em: 03 out. 2024.

ROVETTO, Robert J. The ethics of conceptual, ontological, semantic and knowledge modeling. **AI & Society**, [s. l.], v. 39, p. 1547-1568, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s00146-022-01563-3>. Acesso em: 04 set. 2024.

SÁNCHEZ-TARRAGÓ, Nancy; SILVA, Maria Clara Tavares da. O domínio da Ética na Organização do Conhecimento: um mapeamento da produção científica brasileira. **Folha de Rosto**, Juazeiro do Norte, v. 8, n. 2, p. 86-114, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.56837/fr.2022.v8.n2.681>. Acesso em: 17 set. 2024.

SANTOS, Andréia dos *et al.* Representação terminológica da população negra em tesouros. **Informação & Informação**, Londrina, v. 25, n. 1, p. 254-275, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5433/1981-8920.2020v25n1p254>. Acesso em: 04 set. 2024.

SANTOS, Marcelo Nair dos; ORTEGA, Cristina Dotta. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. **Ponto de Acesso**, Bahia, v. 7, n. 3, p. 93-113, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8464>. Acesso em: 03 out. 2024.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa. Catalogação, formas de representação e construções mentais. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, Brasília, v. 6, n. 1, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/115044>. Acesso em: 03 out. 2024.

SANTOS, Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa; CORREA, Rosa Maria Rodrigues. **Catalogação**: trajetória para um código internacional. Niterói: Intertexto, 2009.

SARACEVIC, Tefko. Ética profesional en la búsqueda de bases de datos y motores de búsqueda: problemas, cuestiones, soluciones. **Ibersid**, Zaragoza, p. 37-40, 2010. Disponível em: <https://www.iversid.eu/ojs/index.php/iversid/article/view/3875>. Acesso em: 03 out. 2024.

SARDO, Lucia. Ethics and cataloguing. **JLIS.it**, Florença, v. 10, n. 3, 2019. Disponível em: <https://jlis.fupress.net/index.php/jlis/article/view/63>. Acesso em: 10 jul. 2024.

SHACHAF, Pnina. A Global Perspective on Library Association Codes of Ethics 2005-12. **Library & Information Science Research**, Oklahoma, v. 27, n. 4, p. 513-533, 2005. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10150/106281>. Acesso em: 03 set. 2024.

SHOEMAKER, Elizabeth. No one can whistle a symphony: seeking a catalogers' Code of Ethics. **Knowledge Organization**, Wuzburg, v. 42, n. 5, p. 353-364, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5771/0943-7444-2015-5-353>. Acesso em: 03 set. 2024.

SILVA, Andrieli Pachú da; GUIMARÃES, José Augusto Chaves; TOGNOLI, Natália Bolfarini. Ethical Values in Archival Arrangement and Description: An Analysis of Professional Codes of Ethics. **Knowledge Organization**, Wuzburg, v. 42, n. 5, p.

346-352, 2015. Disponível em: <https://www.nomos-elibrary.de/10.5771/0943-7444-2015-5-346.pdf>. Acesso em: 03 out. 2024.

SILVA, Andrieli Pachú da; TOGNOLI, Natália Bolfarini; GUIMARÃES, José Augusto Chaves. Os valores éticos na organização e representação do conhecimento arquivístico. **Brazilian Journal of Information Studies: Research Trends**, Marília, v. 11, n. 1, p. 44-53, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1981-1640.2017.v11n1.05.p44>. Acesso em: 17 set. 2024.

SILVA, Jonathas Luiz Carvalho. A tríade identidade, ética e informação na Biblioteconomia brasileira: análise sobre o código de ética do bibliotecário. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 76-101, 2010. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1958>. Acesso em: 03 out. 2024.

SMIRAGLIA, Richard. Ethics in Knowledge Organization: two conferences point to a new core in the domain. **Encontros Bibli: revista eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Florianópolis, v. 20, n. 1, p. 1-18, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2015v20nesp1p1>. Acesso em: 26 set. 2024.

SORDET, Yann. **Da argila à nuvem: uma história dos catálogos de livros (II milênio - Século XXI)**. São Paulo: Ateliê Editorial; Edições Sesc, 2019.

SOUZA, Francisco Chagas de; STUMPF, Katiúscia. O tema “ética” na literatura periódica brasileira de Ciência da Informação e Biblioteconomia. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 19, n. 3, p. 77-85, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/3105>. Acesso em: 03 out. 2024.

SOUZA, Willian Eduardo Righini de. Em nome da moral e dos bons costumes: censura a livros com temática de gênero no Brasil do século XXI. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 24, n. 1, p. 267-295, 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.19132/1808-5245241.267-295>. Acesso em: 04 set. 2024.

STROUT, R. F. The development of the catalog and cataloging codes. **Library Quarterly**, Londres, v. 26, n. 4, p. 254-275, 1956.

STUMPF, Katiúscia. Abordagens recentes sobre ética no campo da Ciência da Informação no Brasil. **DataGramZero**, Brasília, v. 11, n. 6, 2010. Disponível em: <http://www.brapci.ufpr.br/download.php?dd0=14160>. Acesso em: 03 out. 2010.

VALLS, Álvaro L. M. **O que é Ética?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

VIGÁRIO, Antonieta. A decisão ética no trabalho de informação. **Cadernos BAD**, Lisboa, v. 1, p. 49-76, 1996. Disponível em: <https://publicacoes.bad.pt/revistas/index.php/cadernos/article/view/2436/2197>. Acesso em: 03 out. 2024.

YON, Angela; WILLEY, Eric. Using the Cataloguing Code of Ethics Principles for a Retrospective Project Analysis. **ISU ReD: Research and eData**, v. 145, 2021. Disponível em: <https://ir.library.illinoisstate.edu/fpml/145>. Acesso em: 03 set. 2024.

ZAFALON, Zaira Regina. **Scan for MARC**: conversão de registros bibliográficos analógicos para o Formato MARC 21 Bibliográfico. São Paulo: Ed. Unesp, 2014. Disponível em: <http://https://repositorio.unesp.br/bitstreams/4c285d11-f9be-41ff-ab67-d69791372fff/download>. Acesso em: 03 out. 2024.